

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

LÉA MARIA DE CASTRO OLIVEIRA

MICROCRÉDITO, INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL:
Estudo de Caso do Fundo Ver-o-Sol e Instituto Banco Tupinambá em Belém-PA

BELÉM
2021

Léa Maria de Castro Oliveira

MICROCRÉDITO, INSTRUMENTO DE
FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL:
Estudo de Caso do Fundo Ver-o-Sol e Instituto Banco
Tupinambá em Belém-PA

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Miguel dos ReisPereira.

Belém

2021

Ficha Catalográfica

Ficha Catalográfica

OLIVEIRA, Léa Maria de Castro Oliveira

Microcrédito, instrumento de formação de Capital Social: estudo de caso do Fundo Ver-o-Sol e Instituto Tupinambá em Belém do Pará/ Léa Maria de Castro Oliveira. Belém-Pa: FLACSO/FPA, 2021.

Quantidade de folhas f.:98

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Miguel dos Reis Pereira

Léa Maria de Castro Oliveira

MICROCRÉDITO, INSTRUMENTO DE
FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL:

Estudo de Caso do Fundo Ver-o-Sol e Instituto Banco
Tupinambá em Belém-PA

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Miguel dos Reis Pereira – Orientador
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari Manzano (UNICAMP) – Examinador

Prof. Ms. João Cláudio Tupinambá Arroyo (UNAMA) – Examinador

AGRADECIMENTOS

À Fundação Perseu Abramo, por acreditar no poder da educação.

Aos companheiros e companheiras de jornada acadêmica.

Ao meu companheiro, pela compreensão e paciência nos piores momentos.

Ao meu orientador, pela dedicação e aporte científico.

Aos amigos(as), familiares, que sempre tiveram uma palavra de incentivo, quando pensava que não chegaria à reta final.

Ao Universo, pela força espiritual nos momentos difíceis.

“Os valores do capital social permitem estender o
crédito a mais pobre dos pobres, que está
excluído do mercado”
(NERI, 2008, p. 115)

RESUMO

O fortalecimento das políticas de geração de renda e valorização da relação de confiança em comunidades carentes consiste em uma receita que há séculos comprova a capacidade de resiliência das populações mais impactadas pelo desemprego e pobreza, pressupostos que as impedem de acessar o crédito necessário para uma atividade de geração de renda. O microcrédito e o fortalecimento de capital social foi a conjectura para realizar um estudo comparativo em duas instituições que exercem essa política na Região Metropolitana de Belém; mostrar o impacto positivo que pode causar na redução da pobreza, a partir do fortalecimento das relações de confiança dentro de um determinado território. O amparo metodológico do microcrédito produtivo orientado, aplicado em territórios de execução da política de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local, fomentam o fortalecimento de capital social, o crédito chega a quem mais precisa e não tem colateral financeiro para acessar a rede bancária, dinamiza a economia local e gera renda para as famílias mais desprotegidas socioeconomicamente. Consolidar políticas de geração de trabalho e renda se faz necessário, quer seja no terceiro setor ou como política pública, o investimento em microcrédito tem impacto diretamente proporcional na pobreza relativa e no fortalecimento de vínculos dentro das comunidades.

Palavras-chave: Pobreza. Microcrédito. Capital Social. Geração de Renda.

ABSTRACT

The strengthening of income generation policies and valuing relationships of trust in poor communities is a recipe that for centuries has proven the resilience of populations most impacted by unemployment and poverty, assumptions that prevent them from accessing the credit necessary for an activity of income generation. Microcredit and the strengthening of social capital was the conjecture to carry out a comparative study in two institutions that carry out this policy in the Metropolitan Region of Belém to show the positive impact it can have on poverty reduction, through the strengthening of trust relationships within a given territory. The methodological support of oriented productive microcredit, applied in the territories of execution of the policy of generating employment, income and local development, encourages the strengthening of social capital, credit reaches those who need it most and does not have financial collateral to access the banking network, it boosts the local economy and generates income for the most socioeconomically disadvantaged families. Consolidating employment and income generation policies is necessary whether, in the third sector or as a public policy, investment in microcredit has a directly proportional impact on relative poverty and strengthening bonds within communities.

Keywords: Poverty. Microcredit. Social Capital. Income Generation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produtos e ações de um Banco Comunitário.....	41
Figura 2 - Estrutura Organizacional do Fundo Ver-o-Sol - 2010.....	56
Figura 3 - Gráfico de Financiamento em Relação ao Setor de Atividade	59
Figura 4 - Mapa de localização da Baía do Sol, na ilha de Mosqueiro-PA.....	63
Figura 5 - Gráfico demonstrativo dos Tipos de Negócio.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empregos Gerados e Mantidos (1998-2003)	53
Tabela 2 - Linhas de crédito e juros aplicados nesse período.....	54
Tabela 3 - Totalidade de financiamento em relação ao gênero	58
Tabela 4 - Repasse FPM com o desconto do FUNDEB para o município de Belém 2019	60
Tabela 5 - Repasse ICMS para o município de Belém 2019.....	60
Tabela 6 - CMS com desconto do FUNDEB para o município de Belém 2019.	60
Tabela 7 - Valor de repasse para o FVS, pela Lei complementar nº 03/2005, 2019	60
Tabela 8 - Desemprego na cidade de Belém – primeiro trimestre 2020.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ambiente Institucional do Microcrédito	36
Quadro 2 - Legislação sobre Microcrédito	37
Quadro 3 - Microcrédito e Microfinanças no Brasil.....	43
Quadro 4 - Característica da População e Território – Área Urbana – Belém-PA.....	47

LISTA DE SIGLAS

AE	Auxílio Emergencial
AECOM	Associação de Empreendedores do Complexo de São Braz
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ASCAPA	Associação dos Empreendedores de Confecção e Acessórios do Estado do Pará
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
BASA	Banco da Amazônia
BC	Banco Central
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social
CAEPS	Centro de Apoio ao Empreendedorismo Popular Solidário
CEAPE	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CEF	Caixa Econômica Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODEM	Companhia Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COMER	Cooperativa dos Merceeiros (as) do Pará
Covid-19	Corona Vírus Disease ano 2019
CREDCIDADÃO	Programa de Microcrédito do Governo do Pará
CREDIAMIGO	Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste
DABEL	Distrito Administrativo de Belém
DABEN	Distrito Administrativo do Benguí
DAENT	Distrito Administrativo do Entroncamento
DAGUA	Distrito Administrativo do Guamá
DAICO	Distrito Administrativo
DAMOS	Distrito Administrativo de Mosqueiro

DAOUT	Distrito Administrativo do Outeiro
DASAC	Distrito Administrativo da Sacramentoa
ESC	Empresa Simples de Crédito
FAMPE	Fundo de Aval as Micro e Pequenas Empresas
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGV	Fundação Getúlio Vargas-
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
FUNPROGER	Fundo de Aval para a Geração de Emprego, Trabalho e Renda
FUNSOL	Fundação Solidarista
FVOS	Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda (Ver-o-Sol)
GTZ	Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IAF	Inter-American Foundation
MADE	Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP
MEI	Lei do Microempreendedor Individual
MP	Medida Provisória
MPO	Microcrédito Produtivo Orientado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PCPP	Programa de Crédito Produtivo Popular
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PORTOSOL	Instituição Comunitária de Crédito Porto Alegre Solidária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SECON	Secretaria Municipal de Economia de Belém
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SEGEP	Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Pará
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 MICROCRÉDITO: UMA AÇÃO POLÍTICA EMANCIPATÓRIA	19
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO	21
1.2 O GRAMEENN BANK (BANCO DA ALDEIA)	24
1.3 CAPITALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL.....	25
1.4 O DESEMPREGO COMO FORMA DETERMINANTE DE EXCLUSÃO SOCIAL	28
1.4.1 O Deslocamento entre a concretude e sua representação	30
1.4.2 O apartheid social	31
1.5 O CAPITAL SOCIAL E A REDUÇÃO DA POBREZA	32
2 MARCO LEGAL DO MICROCRÉDITO	36
2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO MICROCRÉDITO	38
2.2 BANCO COMUNITÁRIO.....	40
2.3 AS EXPERIÊNCIAS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL E NO PARÁ	42
3 BELÉM E A POLÍTICA DE MICROCRÉDITO	47
3.1 FUNDO MUNICIPAL DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – VER-O-SOL	49
3.1.1 A organização estrutural do Fundo Ver-o-Sol	48
3.1.2 Os projetos especiais do Fundo Ver-o-Sol - (Banco do Povo)	51
3.1.3 Novos rumos para a política de microcrédito	54
3.1.4 Fundo Ver-o-Sol e o desmonte da política de microcrédito	57
3.1.5 Programa de governo – Belém de novas ideias	61
3.2 INSTITUTO BANCO TUPINAMBÁ.....	63
3.2.1 Os dados socioeconômicos do Instituto Tupinambá	67
4 MICROCRÉDITO E A CONSTRUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81
ANEXO A – FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO	87

INTRODUÇÃO

As políticas de direitos trabalhistas estão se desestruturando ao longo deste século. A flexibilização das relações de trabalho leva, paulatinamente, trabalhadores para o setor terciário da economia. Essa desestruturação é parte do sistema capitalista, que ao longo de sua história sempre teve à sua disposição, segundo Karl Marx, um “exército de reserva”. Chegamos ao século XXI e, de acordo com a PNAD, no segundo trimestre de 2021 a taxa de desocupação foi de 14,1%, em comparação ao mesmo período de 2020; está em alta de 0,8%. A faixa etária que mais sofre o impacto, 33,9%, está entre 25 a 39 anos, seguida pela faixa de 18 a 24 anos, com 29,4%; e, somando o percentual de desocupação, fica com 63,3% nestas faixas etárias, ou seja, são os jovens que sofrem o maior impacto de desemprego e, segundo a mesma fonte, são 14,4 milhões de desempregados na região Norte do Brasil. A maior taxa de desocupação está entre as mulheres, 17,1%, e para homens baixa para 11,7%. O desemprego no Brasil atinge os brancos, com um percentual 11,7%; ao somarmos os pretos e pardos essa taxa sobe para 32,7%. Esses dados demonstram onde está o maior impacto social e econômico quando o assunto é desemprego.

Discutir o microcrédito enquanto uma política pública que fomenta o capital social em comunidades com um alto índice de pobreza é um tema atual, em uma conjuntura de altos índices de desemprego. À luz de Putnan (2006), será trabalhado o conceito de capital social, que pode ser definido enquanto normas de engajamento cívico. Tais leis ou normas em comunidades têm a função de democratizar o crédito aos mais pobres, consolidar a relação de confiança construída, o fortalecimento das redes que, validadas pelo crédito, contribuem para diminuir o impacto que o desemprego causa na população economicamente ativa, mas sem acesso ao trabalho formal.

Enfatizada a importância do microcrédito, que em comunidades carentes deve andar *pari passu* ao fortalecimento e construção de capital social, o problema que move esta pesquisa é o seguinte: Como o microcrédito, enquanto política pública, pode contribuir para formação de capital social?

Para tanto, estabelecemos como objetivo geral realizar uma pesquisa de estudo comparativo em duas instituições de microcrédito localizadas na Região Metropolitana de Belém: Fundo Ver-o-Sol e Instituto Tupinambá, para sistematizar elementos práticos e teóricos que corroborem o impacto positivo para reduzir a pobreza relativa e a formação

de capital social dos trabalhadores informais atendidos pelas instituições de microcrédito. Os caminhos percorridos para atingir o objetivo geral foram delineados por: 1) discutir as transformações no mundo do trabalho, desemprego e trabalho informal e pobreza relativa; 2) pesquisar se o microcrédito ofertado por duas instituições de setores econômicos diferentes pratica os princípios da política de microcrédito produtivo orientado; 3) mensurar o Capital Social através das relações sociais estabelecidas no território de abrangência, a partir do aporte financeiro do microcrédito.

O grande desafio a ser confirmado ou refutado, ou seja, a hipótese da pesquisa, é se: através do fortalecimento do capital social a oferta de microcrédito consegue ser equacionada para a população de baixa renda, principalmente para os trabalhadores informais.

A metodologia da pesquisa foi estruturada através do método dialético quanto à abordagem do problema. Os métodos e procedimentos utilizados foram o histórico, comparativo e estatístico. No que diz respeito à coleta de dados, esta etapa foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com os gestores dos projetos de microcrédito, tendo como base um roteiro previamente estabelecido, mas sem rigidez, de modo a explorar mais profundamente algumas questões.

A concretude deste projeto de pesquisa materializa-se nesta dissertação, estruturada em seis capítulos, resumidos a seguir:

No Capítulo 1 faz-se uma contextualização histórica do microcrédito, suas referências mais contemporâneas e temas transversais, tais como: sistema capitalista, financeirização do capital, desemprego e exclusão social, urbanização, informalidade, capital social e pobreza, com o objetivo de trazer temas macro para a discussão.

O Capítulo 2 perpassa por temas como segurança jurídica, o marco legal do microcrédito e seus aspectos metodológicos, fazendo um demonstrativo sobre o ambiente institucional do microcrédito no Brasil e quais as metodologias adotadas para o trabalho com microcrédito. Na sequência, explana sobre banco comunitário e sua metodologia, finalizando o capítulo com as experiências de microcrédito no Brasil e no estado do Pará.

A ênfase agora é no município de Belém e nas experiências de microcrédito enquanto política pública e experiência de engajamento cívico. Iniciamos pelo Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego Renda – Ver-o-Sol. O Capítulo 3 foi construído a partir do perfil socioeconômico da cidade de Belém e dos anos iniciais do Fundo Ver-o-Sol, naquele momento conhecido como “Banco do Povo”; como este projeto se estruturou em seus

primórdios; os projetos especiais e os grupos solidários, foram projetos de construção de capital social dentro da política de geração de renda do fundo municipal. A atenção à fase inicial se deu por verificar que foi nesse espaço temporal que se executou a política como forma de inclusão social e fomentadora de capital social. Dividimos como primeira fase do Ver-o-Sol, cujo prefeito eleito foi o professor Edmilson Rodrigues (PT).

Seguimos na linha histórica de gestão do fundo municipal Ver-o-Sol a partir dos processos eleitorais e demonstra que o processo eleitoral impacta diretamente na política de geração de renda através do Ver-o-Sol em Belém. No tópico 3.1.3, denominado Fundo Ver-o-Sol, novos rumos para a política de microcrédito, o fundo estava sob a gestão do prefeito Duciomar Costa (PTB). Entre as várias mudanças, agrega à política de geração de renda um restaurante popular. O tópico 3.1.4, designado Fundo Ver-o-Sol e o desmonte da política de microcrédito, discorre sobre a gestão do prefeito Zenaldo Coutinho (PSDB) e o total desmontada política de microcrédito do fundo municipal. Novas eleições ocorrem e, após 16 anos, novamente Edmilson Rodrigues é eleito prefeito de Belém, agora pelo PSOL. Trouxemos para conhecimento as propostas contidas em seu programa de governo.

Em seguida, apresentamos o Instituto Banco Tupinambá, uma organização do terceiro setor, localizado na ilha de Mosqueiro, bairro da Baía do Sol, o histórico da instituição, premiações, projetos e os dados socioeconômicos.

O Capítulo 4, denominado Microcrédito e a Construção de Capital Social, traz os dados qualitativos levantados em campo, a análise dos dados amparadas pelos teóricos e trabalhos consultados, e analisando comparativamente como foi construída a política de microcrédito na cidade de Belém, que passa ao longo do caminho em etapas diferentes, sob pessoa jurídica diferenciada (primeiro e terceiro setores), com divergências de metodologia, sem ser antagônica em seus objetivos no que se refere à geração de trabalho e renda na Região Metropolitana de Belém-Pará

1 MICROCRÉDITO: UMA AÇÃO POLÍTICA EMANCIPATÓRIA

É essencial que possamos entender qual a função social e o viés adotado para o microcrédito enquanto ação política. Mick (2003 apud FREITAS, 2004) estabelece esse paralelo em relação à concepção sociopolítica. Os paradigmas do microcrédito estão fundamentados em diferentes concepções de crédito, pobreza e modelo de desenvolvimento. Um modelo está relacionado à continuidade o outro à mudança, como segue.

De acordo com o paradigma liberal, o crédito é um dos componentes do sistema financeiro e o microcrédito um serviço bancário. Esta ideia parte de um âmbito estritamente econômico. Olhando por outro prisma, o microcrédito parte de um paradigma emancipatório – é um projeto político dotado de uma filosofia de mudança. Geralmente esses programas são implantados por governos de esquerda, buscando articular o microcrédito com projetos de desenvolvimento alternativo, com o objetivo de fortalecer as comunidades locais.

Neri (2008) reverbera o caráter desenvolvimentista do microcrédito e demonstra que diferentes correntes de pensamento que tratam sobre o tema microcrédito formulam concepções distintas. Alguns entendem como estratégia de redução da pobreza, outros como um serviço a mais dos bancos visando lucro, conforme explicita na citação.

O microcrédito, na verdade, pode ser encarado, em uma ou mais dimensões, como uma política pública realizada com o espírito privado [...]. Suas características combinam virtudes admiradas por correntes de pensamentos mais diversas. Enquanto pessoas mais à esquerda destacam aspectos como foco na comunidade e em mulheres, e a ajuda aos menos favorecidos, as mais à direita salientam a ideia de reduzir a pobreza via incentivo ao esforço e ao trabalho, seu aspecto não-governamental e o uso de mecanismos de mercado (NERI, 2008, p. 32-33).

Seguindo essa linha de raciocínio, as gestões de instituições de microcrédito permanecem com a mesma divergência existente no campo ideológico, qual seja: a partir da corrente de pensamento mais à esquerda, a defesa é da autogestão das instituições, principalmente das cooperativas de crédito. De outro modo, o professor Yunnus¹ defende uma gestão de instituições de microcrédito profissionalizadas, com gerenciamento por um gestor originário do setor privado ou público.

Para não fugir à regra, o termo microcrédito também tem suas controvérsias. Neri (2008) amplia o termo para microfinanças, serviços que atendem o cliente que o setor

¹ Dr. Muhammad Yunus, professor de Economia da Universidade de Chittagong, fundador do Grameen Bank (Bangladesh), uma referência no trabalho com microcrédito.

bancário não alcança. Esta amplitude oferece uma gama de serviços que incluem principalmente o microcrédito, micropoupanças, microsseguros, crédito imobiliário e abertura de postos bancários no comércio tradicional. Ainda segundo Neri (Ibid.), dois autores, Gulli (1998) e Schreiner (2001), têm contribuições sobre as definições de microcrédito que colaboram para a compreensão do tema. Para o primeiro, são valores baixos financiados por um serviço financeiro de pequena escala. E para o segundo, o microcrédito não é definido pelo valor emprestado e sim como um crédito concedido a pessoas de baixa renda. Em síntese, para Neri (2008): “microcrédito são empréstimos de baixo valor destinado a pessoas de baixa renda”.

No entanto, o que é o microcrédito na prática? Em pesquisa organizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o CrediAmigo, no Nordeste brasileiro, é apresentado como um modelo exitoso na execução da política de microcrédito. O resultado da referida pesquisa foi transformado em um livro denominado “Microcrédito, o mistério nosdestino e o Grameen brasileiro”. Trata-se de um estudo detalhado sobre o Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste (CREDIAMIGO).

O primeiro banco público do Brasil a trabalhar com microcrédito produtivo orientado foi o Banco do Nordeste, sendo o maior programa do Brasil e o segundo maior da América Latina: “O Banco do Nordeste do Brasil S.A. opera no segmento de microcrédito desde 1998, com uma área especializada e com marca própria – O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, o CrediAmigo” (NERI, 2008, p. 192).

O programa leva em consideração a existência de capital social e promove a construção deste nas comunidades onde atua. “O Crediamigo está presente em 1420 municípios da área de atuação do banco (Região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo). O atendimento se dá por meio de uma estrutura logística que dispõe de 170 agências e 26 postos de atendimento aos clientes (NERI, 2008, p. 42).

O CREDIAMIGO adotou características de gestão para o programa, quais sejam:

1. Criação de grupos de pessoas que tomam empréstimos juntos e se responsabilizam conjuntamente pelo pagamento da dívida.
2. Contato direto dos agentes do banco com a realidade e o ambiente dos clientes, em um sistema pouco dependente de agências físicas.
3. Empréstimos de baixos valores e progressivos, de acordo com a adimplência do cliente.
4. Flexibilidade das formas e das datas de pagamento no caso de choques exógenos.

5. Nem juros, nem empréstimos subsidiados, tampouco propensão ao perdão de dívidas.

Na prática, o microcrédito é uma política pública de geração de trabalho, emprego e renda que fomenta o desenvolvimento local, possui ferramentas de gestão, público com um perfil detalhado, valoriza a relação face a face para melhor difundir seus produtos e possui metodologia como o microcrédito produtivo orientado.

A modalidade de microcrédito produtivo orientado se faz através do fortalecimento da relação de confiança, por meio do contato direto dos agentes de crédito com o *ethos* dos tomadores deste crédito e facilita a interação do programa com a cultura local, diminuindo a inadimplência. E, de acordo com a adimplência dos clientes, os valores dos empréstimos vão aumentando gradativamente. Essa metodologia contribui para fomentar a formação de capital social através da criação de grupos de pessoas, denominados grupos solidários, que se juntam para tomar o crédito nas comunidades onde o projeto se desenvolve.

Assim sendo, a política de microcrédito, independente da linha de análise adotada, tem demonstrado que pode contribuir para a inclusão das classes mais pobres, principalmente dos trabalhadores informais, categorias de trabalhadores que não têm como comprovar a renda e não conseguem acessar o crédito produtivo nos bancos tradicionais. Por fim, conhecer as culturas locais para aplicar as metodologias creditícias adotadas pelo microcrédito e analisar as solicitações de financiamento a partir da necessidade do negócio são pré-requisitos para realizar a inclusão social por meio do microcrédito.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com Singer (2002), o microcrédito surge a partir do movimento cooperativista no século XIX. A Cooperativa de Rochdale, fundada na Inglaterra em 1844, foi a primeira cooperativa de consumo da história. As cooperativas de consumo são formadas a partir da organização de consumidores para obter melhores preços e qualidade dos produtos. A partir da experiência pioneira, surgem outras modalidades de cooperativas, como as de produção, compostas por grupos de trabalhadores que se unem para produzir bens ou produtos; e cooperativas de crédito, que entre os seus produtos trabalham com a modalidade de serviço de crédito para os seus cooperados. Entretanto, a cooperativa de Rochdale ofertava somente parte de um serviço bancário aos seus cooperados, ou seja, aceitava depósito de seus cooperados com taxa fixa de juros, porém não trabalhava com serviços de empréstimos. No entanto, segundo Singer

(Ibid.), foi com o cooperativismo de crédito que surgiu o microcrédito e a concepção de Banco do Povo.

Em que conjuntura política e econômica o mundo se encontrava para que o movimento cooperativista tivesse ocorrido? De acordo com Brum (1999), a terceira fase do capitalismo – entre 1880 e 1945 – foi a do surgimento do capital monopolista, caracterizada pelo domínio dos monopólios nacionais em países como a Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos, entre outros. A terceira fase desenvolve-se por meio de conflitos acirrados entre capital e trabalho, devido às grandes injustiças sociais, tais como: concentração de riquezas, financeirização da economia e a hiperexploração do trabalho.

Singer (2002) destaca que no ano 1846 os alemães instituíram as primeiras cooperativas de crédito: uma urbana, fundada por Hermann Schulze-Delitzsch; e, posteriormente, uma rural, organizada por Friedrich Wilhelm Raiffesen. Schulze e Raiffesen, mesmo sem conhecerem um ao outro, tinham algo em comum. Devido às crises motivadas pelas guerras, desemprego, ao processo de unificação da Alemanha, a imprevisibilidades ambientais que causaram perdas de colheitas e, em consequência disso, os camponeses ficaram endividados, Schulze e Raiffesen constataam que a pobreza cresce rapidamente em seus territórios. E a forma de reduzir os impactos causados por tantas mazelas sociais foi apoiar os trabalhadores, quer no campo ou na cidade, com pequenos empréstimos como alternativa de recuperação da renda familiar, para os trabalhadores que não tinham como empenhar bens em troca de empréstimos, pois os bancos concediam empréstimos para as classes alta e média. E, por não terem garantias reais, os trabalhadores não conseguiam acessar tais empréstimos. Segundo Singer:

Os pobres precisam, mais do que os remediados, de empréstimos para sobreviver a crises de desemprego, a intempéries meteorológicas, a perdas de colheitas, a derrotas militares do país, a epidemias etc. O que os coloca periodicamente à mercê dos agiotas, que aproveitam o ensejo para transformar uma emergência num laço perpétuo de dependência e exploração, mediante dívidas que nunca se resgatam e sempre se expandem por efeito dos juros não pagos. São conhecidas as histórias, sobretudo de camponeses cuja as dívidas impagáveis passam de pais para filhos e que entregam ao credor insaciável todo excedente que conseguem produzir durante decênios (SINGER, 2002, p. 60).

Após ocorrências de fortes geadas, a população estava passando fome. Hermann Schulze-Delitzsch forma um comitê e aluga um moinho e uma padaria, então começa a comprar trigo por atacado, cujo resultado da produção é para distribuição de pães aos necessitados. Mas, não para por aí – ele organiza os artesões e forma uma sociedade mútua, com a finalidade de constituir um seguro contra doença e morte; organiza outras categorias,

como os sapateiros, com o objetivo de fazer compras coletivas para oferecer melhores preços aos consumidores e funda uma cooperativa de compra.

Contudo, para que esses profissionais pudessem comprar por atacado, precisavam de capital de giro e, para conseguir isso, tentavam o acesso ao crédito, o que os levou a formar uma cooperativa de crédito. O princípio básico dessa cooperativa era “as portas sempre abertas a pessoas de valor e necessitadas de empréstimos, sem distinção de profissão ou classe” (SINGER, 2002, p. 62).

Singer (Ibid.) relata que Hermann Schulze-Delitzsch se afasta por algum tempo de seus trabalhos com o cooperativismo e associativismo para assumir o cargo de Juiz, em 1851. Ao retornar para Delitzsch, percebe que a associação que emprestava dinheiro aos pobres para produção estava em situação caótica. Seus amigos que antes doavam dinheiro para empréstimos através do microcrédito, pararam de doar. No entanto, uma associação na zona rural prosperava, por ser autossustentável, ou seja, era mantida com o investimento dos sócios por meio de cotas, assim como tomava empréstimos no mercado através do princípio da “responsabilidade limitada”. Schulze reorganiza a associação e adota o modelo de gestão que já era exitoso em seu vizinho de associação e passaram a realizar os empréstimos para os investimentos produtivos, uma vez que “a garantia dos empréstimos era o caráter dos membros que os recebiam”. Essa relação é uma característica do microcrédito, a qual é conhecida na contemporaneidade como “colateral social” e está relacionada ao capital social (REYMÃO; CORRÊA, 2014).

Nas cooperativas de crédito conhecidas como “Banco do Povo” (*grifo do autor*), os princípios cooperativistas se fazem presentes, entre os quais a autogestão. Seus sócios eram a autoridade suprema na instituição e as decisões eram tomadas em assembleias, que tinham o poder de eleger toda a gestão da cooperativa. Quando se tratava de Banco do Povo, Schulze-Delitzsch torna-se referência.

Friedrich Wilhelm Raiffesen, que trata de modelos cooperativos na zona rural, observa que uma das causas da pobreza da população local era a falta de acesso ao crédito. Ele funda associações filantrópicas para vender pães e sementes para camponeses pobres. Ao assumir o cargo de prefeito de Flammersfeld, cidade localizada na Alemanha, no ano 1849 cria uma instituição denominada União Familiar dos Camponeses Pobres, órgão que ofertava crédito aos camponeses pobres. No entanto, as associações filantrópicas não tinham autossustentabilidade; e com o declínio das doações, entraram em decadência. A partir dessa constatação, Raiffesen adota o modelo urbano de cooperativa de crédito, tal qual o Banco do Povo.

O modelo de cooperativa de crédito conhecido como Banco do Povo foi avançando as fronteiras, sendo implantado em países como a Itália, Europa Continental, Canadá, Estados Unidos e, de acordo com a necessidade estabelecida, que poderia ser o território, o período da história etc., os modelos de cooperativas foram adaptados. Contudo, o segredo do sucesso era focar na territorialidade, ou seja, nas comunidades locais e no senso da identidade étnica. Contemporaneamente, a grande referência é o Grameen Bank, em Bangladesh, na Índia. (SINGER, 2002).

1.2 O GRAMEENN BANK (BANCO DA ALDEIA)

No século XX, no prefácio do livro *O Banqueiro dos Pobres*, Yunus (2000) versa sobre o Grameen Bank e sua experiência com o microcrédito.

Estou profundamente convencido de que poderemos livrar o mundo da pobreza se estivermos determinados a isso. Essa conclusão não é fruto de esperança crédula, mas resultado concreto que adquirimos em nossa prática do microcrédito. [...] O crédito por si só, não poderia acabar com a situação de pobreza. Ele é apenas um dos meios que permitem sair da pobreza [...] (YUNUS, 2000, p. 9).

Como surge o Grameen Bank (Banco da Aldeia), o recorte econômico e social, para o professor Yunus, ao iniciar o “Grameen Bank”, é o similar ao do século XIX com Schulze e Raiffesen. Estamos na Ásia, em Bangladesh, país localizado ao sul do continente, no ano de 1974. O professor Muhamed Yunus, chefe do departamento de Economia da Universidade de Chiattagong, a partir de observação e inquietação sobre a condição de extrema pobreza vivenciada por moradores de aldeias distantes e nas capitais regionais no norte do país, visto que pessoas estavam morrendo de fome pelas ruas do país, o professor Yunus vai a campo com sua equipe, que tem o objetivo de investigar a causa de tanta pobreza na região; a aldeia de Jobra é o ponto de partida da pesquisa. O resultado dessa investigação traz à tona uma realidade que poderia ser um ponto crucial para a causa da extrema pobreza local – a falta de acesso ao crédito – que era, em sua maioria, quantias consideradas irrisórias para retirar principalmente mulheres da extrema pobreza, que motivadas por questões religiosas estavam excluídas de qualquer bem material. As mulheres artesãs precisavam de pequenas quantias para criar seus produtos. Entretanto, como elas não tinham acesso ao crédito, dependiam de intermediários (agiotas) locais para obterem o material necessário à sua produção.

Após o levantamento, foi selecionado um grupo de 42 pessoas da aldeia de Jobra,

que recebiam, a título de empréstimo, a quantia de 27 dólares financiadas pelo professor Yunus. Essas pessoas tornam-se precursoras de uma das maiores referências em microcrédito no mundo – foi o ponto de partida para o Grameen Bank.

O Grameen Bank surge como um novo paradigma no trabalho com microcrédito, cujos princípios metodológicos destacados são: cobrança de juros reais, relação personalizada com o cliente, formação de grupos solidários, captação da poupança de usuários e oferta de créditos renovados. O Banco da Aldeia é a “volta às raízes do cooperativismo de crédito” (SINGER, 2002, p. 75). Hoje, o Grameen Bank serve de inspiração para vários programas de microcrédito em todo o mundo, tais como o Comportamos e Finsol no México, Crediamigo, Ande e Finsol no Brasil e Pro-Mujer e Crecer na Bolívia (SILVA; GOIS, 2003, p. 23).

1.3 CAPITALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL

Chegamos ao século XXI com uma profunda desestruturação no mundo do trabalho. O sistema capitalista prioriza a concentração de riquezas, financeirização da economia e a hiperexploração do trabalhador, direitos sociais paulatinamente destruídos e a pauta, no que se refere ao microcrédito, continua atual. No entanto, como se formata o sistema de crédito?

De acordo com Harvey (2006), Marx não utilizou o conceito de capital financeiro. Contudo, deixou um vasto conteúdo sobre o processo de circulação de diferentes tipos de capital monetário. Assim sendo, implicitamente, o capital financeiro é “um tipo particular de processo de circulação que se concentra no sistema de crédito” (HARVEY, 2006, p. 269). É pelo sistema de crédito que a circulação do capital é coordenada; é o sistema nervoso central e também dá acesso para outras modalidades de capital portador de juros e o capital monetário, para fazer realocação entre “atividades, firmas, setores, regiões e países”. Dentro do sistema de crédito há um imenso poder potencial, para isso, é preciso dar a devida atenção. Destacamos neste texto uma delas: a relação entre a produção e consumo. Ao alocar crédito para a produção, os mesmos percentuais de crédito têm necessariamente que estar voltados para o consumo; esse movimento compensado assegura a acumulação equilibrada. As crises cíclicas que acontecem no sistema capitalista são molas propulsoras para que o sistema de crédito elabore novas configurações.

Segundo Cacciamali, Matos e Macambira (2014), o mercado financeiro formal não é acessível aos pobres e às pequenas empresas; cria uma retroalimentação negativa, ou seja, a carência de garantias reais e insuficiência de renda são obstáculos para construir um histórico bancário e posteriormente acessar o crédito nos bancos tradicionais.

A restrição de crédito, por sua vez, distorce o funcionamento do setor de serviços financeiros, leva a estruturas oligopólicas de mercados que permanecem em equilíbrio com menor volume de operações e taxas de juros mais elevadas do que seriam caso os mercados fossem mais competitivos. Mercados dessa natureza tendem a criar práticas idiossincráticas, as informações imperfeitas alimentam o risco de se emprestar dinheiro, e criam escassez de oferta de crédito, o que leva a economia a operar abaixo de sua potencialidade de oferta e demanda, agregadas. (CACCIAMALI; MATOS; MACAMBIRA, 2014, p. 18).

Os autores acima citados avaliam que no Brasil a atividade de microcrédito já conquistou certo espaço e destacam três linhas evolutivas. Os promotores desse avanço foram:

- 1.3.1 As associações privadas sem fins lucrativos.
- 1.3.2 O poder público, através da institucionalização das políticas de microcrédito, por meios dos governos federal, estadual e municipal, visto que as duas últimas esferas de governo constituíram fundos com recursos públicos para criação dos Bancos do Povo.
- 1.3.3 Os Bancos públicos federais começam a fazer a operação direta de financiamento para o microcrédito a partir da implantação do PNMPO.

Em que pese um avanço nas atividades de microcrédito por incentivo de políticas públicas, estas ainda são insuficientes para alavancar e manter o processo de desenvolvimento. E, para tal, faz-se necessário uma amplitude na política e nos investimentos econômicos públicos e privados.

A desigualdade no sistema capitalista não acontece devido à falta de recursos financeiros e sim pela apropriação destes pelo sistema financeiro para fins de especulação, como afirma Dowbor (2017). De acordo com o autor, a base para o agravamento da desigualdade mundial é permeada por decisões políticas, na redução de impostos para os ricos, acompanhadas de um arcabouço legal, tais como as leis que liberaram as corporações a financiar campanhas eleitorais. O resultado implicou diretamente na falta de transparência e aumento de poder político de tais corporações, que hoje intervêm diretamente nas políticas econômicas e sociais em países onde se instauram. Acompanhando *pari passu*, o investimento nas áreas jurídicas destas corporações se utilizam do arcabouço legal para que possam processar os Estados, mudando a lógica de poder.

Isto significa que o investidor não tem que se adaptar às leis do Estado, quer sejam ambientais ou sociais, mas sim o Estado que altere sua legislação para receber o investidor, leia-se, as corporações.

Segundo Piketty (2014), as principais conclusões de seus estudos são: 1) em relação à distribuição da riqueza e renda, em primeiro lugar, devemos desconfiar quando o determinismo econômico aparece como principal explicação para tal fato. Para o autor, essa distribuição tem seu cerne na política. É a partir da visão de mundo que os atores políticos, sociais e econômicos enxergam o que é justo ou injusto, pela influência relativa e escolhas coletivas que é moldada a desigualdade. É a correção de forças dos atores envolvidos; 2) a engrenagem que dinamiza a distribuição da riqueza é a convergência e a divergência.

Os mecanismos que reduzem e comprimem a desigualdade são os da convergência. As principais forças que impulsionam esta convergência são: processo de difusão do conhecimento, investimento na qualificação e na formação de mão de obra. As forças que agem em sentido contrário, ou seja, para o aumento da desigualdade, são as forças de divergências. O autor exemplifica, através da falta de políticas, que façam investimentos em capacitação de mão de obra, pode excluir um determinado grupo social que não terá acesso aos benefícios do crescimento econômico. Contudo, o autor considera como o principal processo de desestabilização ou de divergência a acumulação e concentração de riqueza, em um quadro mundial de baixo investimento e alta remuneração de capital e altos salários ou distanciamento de salários.

O crescimento econômico seria eficiente se, à medida que aumentasse o produto Interno Bruto (PIB), a riqueza deste país fosse mais bem distribuída, ou seja, tornar eficiente a alocação de recursos contribui para melhor distribuição de renda. Contudo, para uma pessoa física ou jurídica tomar algum empréstimo precisa ter uma comprovação de fundos, portanto, tais condições criam impossibilidades de acesso a financiamentos para as pessoas pobres. No entanto, a repartição desigual de capital humano onera a desigualdade entre países ricos e pobres.

De acordo Piketty (2014), o processo de acumulação de riqueza e/ou desigualdade traz em seu cerne forças poderosas, quer sejam de convergências ou de divergências no crescimento econômico. São essas tais forças que incentivam a divergência, elevando o nível de desigualdade. Ao fazer uma comparação com Marx, o autor se diz menos apocalíptico, por não acreditar que a divergência seja perpétua. Sugere que o imposto progressivo pode ser a solução para diminuir os problemas gerados pelo sistema capitalista, por ser um dos meios

para a distribuição de riqueza.

Dowbor (2017) assegura que Piketty mostra os desafios de uma economia globalizada com toda a sua complexidade. Os domínios do capital estão além de uma política nacional; os tentáculos do capital perpassam e dominam a economia produtiva. Mitigar tal desigualdade sistemática perpassa por mecanismos democráticos, de gestão, de controle e o marco jurídico. Criar um sistema mundial de controle de fluxo financeiro contribui para segurar o avanço das desigualdades. Dowbor afirma que um ponto de referência necessário para a mudança acumulativa de capital é a criação de um imposto progressivo global, tal como defende Piketty (2014).

Podemos observar que o capital, aliado ao poder do Estado, deu vasão a uma série de problemas que ultrapassam questões meramente econômicas e de conquistas de territoriais. O capital, com respaldo de políticas voltadas para a sua manutenção e multiplicação sem nenhum controle social e jurídico, traz para o século XXI a valorização do caráter financeiro, em detrimento ao produtivo; a flexibilização do trabalho; a diminuição do Estado, produzida por aplicação de políticas liberais e neoliberais; a inexistência da capacidade do indivíduo em participar do processo de tomada de decisão; e, ainda nos dias atuais; convivemos com práticas escravagistas ou regime de trabalho análogo à escravidão. Assim sendo, observamos que os artesãos do século XIX, a classe operária, os trabalhadores informais e os desempregados dos séculos XX e XXI sempre ficaram à margem dos bônus sociais produzidos pelo trabalho e, em decorrência, ficam fora do acesso ao sistema bancário. Para que essa situação seja mitigada é mister o combate à pobreza através da democratização do crédito.

1.4 O DESEMPREGO COMO FORMA DETERMINANTE DE EXCLUSÃO SOCIAL

De acordo com Singer (2003), a exclusão social é a soma de várias exclusões, seja a expulsão do mercado de trabalho, da falta de escola ou de moradia digna. Sem as mesmas condições e oportunidades que os socialmente incluídos, o indivíduo que é socialmente excluído fica à margem da sociedade. No entanto, para o autor, a maior exclusão é a econômica, logo, esse tipo de exclusão é o ponto de partida para as demais.

Pochmann (2002) mostra que a exclusão social no capitalismo avança no final do

século XX, em vista das transformações econômicas e sociais. O autor sistematiza em três partes o processo de exclusão no sistema capitalista. A primeira é o questionamento do padrão sistêmico da integração social do pós-guerra, quando as elevadas taxas de crescimento econômico e a estabilização monetária desde a segunda metade do século XX (nas economias avançadas) causaram uma euforia no sistema capitalista, contribuindo para os chamados trinta anos de ouro do capitalismo. E, no início do século XX, as condicionalidades históricas têm influência direta para minimizar as desigualdades do sistema capitalista, tais como a Revolução Russa, a Grande Depressão dos anos 1930, as duas grandes Guerras Mundiais, as ações sindicais, a política dos partidos de esquerda e a bipolaridade decorrente da Guerra Fria.

O perfil da distribuição de renda e os níveis de pobreza diminuíram sensivelmente no pós-guerra. Esses fatos são resultantes do padrão sistêmico de integração social – é a implementação do Estado de Bem-Estar Social.

Contudo, a crise econômica do início da década de 1970 tem dois fatores preponderantes: a fragilização do sistema monetário internacional e o esgotamento do padrão de industrialização norte-americana, trazendo em seu bojo um período de incerteza para o sistema capitalista. Como reforço ideológico e político, no final da década de 1970 o conservadorismo obtém vitória nas urnas, contribuindo, com isso, para o rompimento com as políticas de integração no pós-guerra. As vitórias de Thatcher na Inglaterra em 1979, de Reagan nos Estados Unidos em 1980, de Kohl na Alemanha em 1982 dão suporte para o ideário neoliberal começar a se articular mundialmente.

A segunda causa da exclusão social no capitalismo é o baixo dinamismo econômico e as desigualdades sociais no final do século XX, quando o capital passa a ter mais liberdade para se movimentar, com apoio de vários governos, no intuito de recuperar o lucro empresarial, ou seja, o caráter financeiro do capital tem relevância sobre o produtivo, que surte efeito no mercado de trabalho através da flexibilização do mercado, redução dos gastos públicos e precarização das condições e das relações de trabalho. Esta fase da economia capitalista indica o crescimento das desigualdades, apontando para uma nova fase de exclusão social.

A terceira causa é o desemprego como fator-chave na definição de exclusão social. Pochmann (2002) afirma que os excluídos são desprovidos de condições materiais que os possibilitem de usufruir de benefícios socioeconômicos (emprego, rendimento) ou de condições institucionais (direitos e deveres) possíveis no limite do desenvolvimento

capitalista. Para o autor, a exclusão social não deve ser limitada à análise econômica, visto que, se a inclusão depende da capacidade do indivíduo em participar do processo de tomada de decisão e negociação, a exclusão, portanto, é a inexistência desta capacidade.

De acordo com Pochmann (2014), o Brasil, ao longo de sua história é um especialista em legalizar privilégios e manter desigualdades, o que explica a dificuldade de avançar na universalização de políticas públicas para toda a sua população.

Da arrecadação tributária regressiva, o Estado consolidou também o perfil de despesa pública, voltado, em geral, para atendimento dos interesses dos mais ricos. Na Educação e na Saúde, por exemplo, a atenção mais intensa concentrou-se no atendimento das famílias que possuíam mais recursos, da mesma forma que os equipamentos culturais (teatros, cinemas, museus) foram edificadas nas áreas mais ricas da cidade (POCHMANN, 2014, p. 33).

Incluem-se nesse rol os bancos públicos, transportes, entre outros. O autor destaca que até o início do século XX o Brasil ainda era uma sociedade agrária, o que torna bem mais lenta a inclusão do direito à cidadania. Na década de 1930, mesmo com a transição para a sociedade urbana e industrial, ainda assim, não houve aceleração de acesso a direitos para a população. Segundo Pochmann (2014, p. 8): “Uma massa de pessoas desconectadas, parcial ou plenamente das políticas públicas que seriam capazes de incluí-las no padrão de cidadania existente no país, em geral circunscrito à elite”. Essa massa, o autor conceitua como “intocáveis” (grifo nosso).

1.4.1 O deslocamento entre a concretude e sua representação

Onde está localizada parte dessa massa de intocáveis? Desde 1920 ocorre o fenômeno de inchamento urbano nas capitais brasileiras, motivado pela falta de políticas consistentes para manter a população na área rural. Um elemento causador de tal fenômeno é a inexistência de reforma agrária, que leva parte da população da zona rural para os grandes centros urbanos sem opções de moradia. Esse êxodo rural crescente empurra a população a intalar-se às margens das grandes cidades, lugares distantes, sem infraestrutura para recebê-los. Essas áreas são denominadas suburbanas ou periféricas.

Segundo Maricato (1996), há uma distância muito grande entre a cidade real e a cidade legal. Isso acontece no momento em que não há respeito ou se oculta a construção social

presente nos espaços urbanos. A autora denomina como um “descolamento entre concretude e sua representação”, no qual a sociedade recebe o ônus que será manifestado no dia a dia do “universo informal”, bem como no “coração do aparelho do Estado” (MARICATO, 1996, p. 12). Para a autora, é este Estado que promove essa grande ruptura através de seus aparelhos legais. Dentro do universo estatal, o aparelho jurídico garante e aprofunda a ruptura entre a cidade real e a ordem legal, o que a autora denomina de “cidade partida”, um *apartheid* social. A sociedade perde a dimensão de seus excluídos, aliena-se, como resposta a essa invisibilidade de suas mazelas sociais e a violência urbana explode. Ao desvalorizar a realidade concreta – e por não fazer uma leitura crítica dos fatos – o Estado, através de seus instrumentos legais, corrobora com o capital imobiliário e a renda imobiliária.

Para Pochmann (2014), apesar do acesso a algumas políticas públicas, entre elas a de habitação, em sua maioria, a população das favelas brasileiras ainda encontra-se na condição de intocável. Essa exclusão de políticas públicas impede que tenham acesso ao pleno exercício de direitos, quer sejam civis (propriedade), políticos (participação) e sociais (bens e serviços públicos decentes), acesso à habitação digna e a trabalho decente. Para que o acesso aos direitos seja concretizado, as políticas públicas devem avançar. O microcrédito está nesse rol. É um direito constituído como forma de inclusão social.

Os programas de microcrédito já demonstraram que causam um impacto social para gerar renda aos clientes que os acessam. No entanto, para superar os limites impostos pelo sistema bancário tradicional, fez-se necessário buscar o colateral social, através das relações construídas nas comunidades onde estes referidos programas atuam no fortalecimento de capital social, por meio de empréstimos a grupos solidários nos quais a relação de confiança mútua tem um forte valor social e financeiro, o que para Maricato (1996) é aproximar a cidade real da cidade legal.

1.4.2 O apartheid social

Os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal buscam formas de resistência para sobreviver e sair da condição de intocáveis, o universo informal que também está nas relações de trabalho. Na década de 1970, o termo informalidade começa a ser utilizado a partir de estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que traz o tema à pauta dos debates, com o objetivo de instrumentalizar as ações do Estado. No Brasil, o

modelo de desenvolvimento segue a tendência dos mercados internacionais para países em desenvolvimento, em que a importação de produtos passa a ter prioridade e a indústria brasileira tem queda no nível de produção, privilegiando a concentração de renda, que tem entre os seus resultados nefastos a baixa incorporação de mão de obra no mercado de trabalho.

Segundo Dowbor (2001), o trabalho assalariado não é a forma dominante de se ganhar a vida no Brasil. E, para ilustrar tal afirmativa, destacamos a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), demonstrando que no trimestre de novembro 2020 a janeiro de 2021, o contingente de população ocupada² totalizou 86 milhões de pessoas, uma redução em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, que foi de 8,1 milhões a menos de pessoas ocupadas. Quanto à desocupação, o percentual foi de 19,8%, a taxa mais alta em relação ao mesmo trimestre de 2020, num total de 14,3 milhões da população desocupada³.

O autor faz um esboço da fenomenologia da informalidade no Brasil, que assim define: 1) Trabalhadores informais tradicionais, são as atividades que precisam de baixa capitalização; 1.1) Trabalhadores informais mais instáveis – são os que exercem atividades eventuais, cuja força física e baixa escolaridade são perfis dessa categoria; 2) Trabalhadores informais assalariados sem registro – são trabalhadores que perdem a sua condição de emprego formal, com direitos trabalhistas e passam a prestar serviços para grandes empresas, tais como têxtil e de calçados; 3) Trabalhadores informais por conta própria, são pequenos negócios diretamente ligados a grandes corporações.

Ainda não há consenso sobre conceitos e formas de trabalho informal. Na atualidade, tornou-se uma atividade complexa e heterogênea. Fenômenos como uberização, imigração, precarização e informalização do trabalho formal são estudados à exaustão para melhor compreensão dessa categoria chamada de trabalho informal. É nesse contexto socioeconômico ou nesse *apartheid* social que está inserido o cliente da política de microcrédito. O desafio é criar formas de acesso ao crédito, fortalecer o aval solidário e fomentar condições de trabalho como promotoras de acesso a direitos perdidos, quando esse trabalhador não exerce uma atividade laborativa formal.

² População ocupada: pessoa que exerce atividade profissional (formal, informal, remunerada ou não) durante pelo menos 1 hora completa na semana de referência da pesquisa (IBGE).

³ Pessoa desocupada: pessoa sem trabalho e ocupação, mas que esteja disponível para assumir alguma atividade no período de referência (IBGE).

1.5 O CAPITAL SOCIAL E A REDUÇÃO DA POBREZA

Como o capital social pode impactar na redução da pobreza? Esse foi o desafio lançado à política de microcrédito desde os seus primórdios, em uma cidade partida, que garantias os mais pobres podem oferecer para acessar a política?, visto que estão sem as reais condições de existência digna.

“Nas regiões menos cívicas da Itália, a vida coletiva ficou atrofiada por mais de um milênio. Por quê? Decerto não será porque os habitantes preferiam viver solitária e resignadamente na pobreza (PUTNAM, 2006, p. 212).

Na década de 1960, a ciência reconhecia dois tipos de capital que fortaleciam o crescimento econômico: o capital físico e o capital humano, este último quando incorporado como instrumento de análise dos índices sociais, em conjunto com o econômico, deu origem ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entretanto, foi a partir do final da década de 1980 que os estudiosos da temática de desenvolvimento começam a defender a inclusão de um novo tipo de capital, onde estariam presentes os valores culturais de uma sociedade, assim como a qualidade de suas relações sociais, essenciais para que o processo de desenvolvimento econômico ocorresse. O conceito de capital social tornou-se relevante e abrangente, tanto que o Banco Mundial passou a formular conceitos sobre o tema e, dada a sua multidisciplinaridade, várias ciências vieram a contribuir com o tema: Sociologia, Economia, Ciência Política e Geografia (FRAGA; LEMOS, 2007).

Para os autores, a relevância deste conceito sobre desenvolvimento regional em seus amplos aspectos traz para o debate os governos nacionais, locais e as organizações do terceiro setor, considerando que um ponto facilitador para o processo de desenvolvimento é o estímulo ou a existência de um forte capital social.

Segundo Putnam (2006), o capital social constituído no âmbito de um território geográfico é de extrema importância, por ter, paritariamente, o mesmo valor que o capital convencional dentro de uma comunidade, posto que, na impossibilidade de bens físicos para dar como garantia e acessar o mercado de crédito regular, o participante empenha as suas relações sociais. Dessa forma, o capital social é utilizado como moeda de troca para ampliar os serviços de crédito disponíveis; e os mercados aumentam a sua eficiência em tais operações. No entanto, em uma sociedade difusa e impessoal, tais como as sociedades contemporâneas, o autor ressalta que é recomendado haver uma cadeia mais complexa de

relações de mútua confiança para dar respaldo às associações – e cita como exemplo as associações de crédito rotativo mexicanas. Logo, o capital social tem características específicas: laços de confiança, normas e cadeias de relações sociais que tendem a ser cumulativas e se reforçam mutuamente.

De acordo com Fraga e Lemos (2007, p. 6), Robert Putnam é quem dissemina o conceito de capital social para além dos muros acadêmicos, defendendo que o capital social “estaria diretamente ligado à possibilidade de constituir laços de confiança mútua em uma sociedade”. Para construir capital social é necessário somar confiança à capacidade de associativismo de seus membros, ajuda mútua entre estes e o zelo pelo bem público. O autor afirma que o capital social possui suas especificidades enquanto características: confiança, normas e cadeias de relações sociais.

De acordo com Bourdieu (1986), existem quatro tipos de capital: 1) econômico; 2) cultural, sub-dividido em tres formas (estado encarnado, estado objetivado e estado institucionalizado); 3) simbólico; e 4) social. O capital econômico é tomado como referência, no entanto, para o autor, possuir o capital social significa estar fortemente ligado a um grupo, dotado de propriedades comuns e por ligações permanentes e úteis.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade (BOURDIEU, 1980, p. 1).

O capital social não é independente do capital econômico e cultural. As redes de relações que um agente individual possui é um indicador do volume de capital social que é possível ele mobilizar. Todavia, a concentração de capital social nas mãos de um determinado grupo também gera impactos que perpetuam as diferenças socioespaciais, por estar conectado a códigos, a redes de conhecimento e a contatos existentes dentro de um determinado grupo social. Pessoas que detêm capital social, econômico e cultural são conduzidas a uma autoss segregação espacial. Portanto, o capital social torna-se propriedade das elites, que buscam a manutenção de seus privilégios, através de suas redes de relacionamento.

Reymão e Corrêa (2014) trabalham com a noção de capital social, segundo Putnan, qual seja, a ação estabelecida através das redes auxiliar no combate à pobreza. A confiança

entre os indivíduos contribui para fortalecer os laços; e essa interação social robustece o grupo, ou seja, a interação e a sociabilidade contribuem para fortalecer a confiança e, como resultado, a pobreza relativa diminui e a qualidade de vida da população local alcança patamares aceitáveis socialmente.

Segundo Pereira (2006), deve-se conceituar pobreza diferenciada de conceitos como exclusão social e desigualdade, bem como incluir essa temática em agenda pública, exigindo políticas eficientes do ponto de vista social. A autora acrescenta que a pobreza relativa está relacionada à satisfação de necessidade, em relação ao modo de vida de uma determinada sociedade. É uma equivalência entre pobreza e distribuição das riquezas socialmente produzidas.

Também não há um consenso sobre as metodologias e indicadores para análise da pobreza. A definição de pobreza relativa é oscilante, por necessitar de vários prismas de análise, visto que os valores constituídos em uma determinada comunidade, já estabelecidos como um padrão digno de viver, em outra pode não ser o mesmo valor. Contudo, pesquisas demonstram que a taxa de pobreza aumentou no Brasil no período pandêmico. Isso é um indicativo de que houve migração, provavelmente da classe média para a pobreza e sucessivamente, ou seja, houve um aumento do perfil de público que pode vir a ser atendido por uma política pública como a de microcrédito, cujos laços de confiança estabelecidos entre eles é o que dá sustentação para o fortalecimento do capital social.

2 MARCO LEGAL DO MICROCRÉDITO

Para mediar o movimento de inclusão social através do microcrédito, a legislação brasileira se propõe a dar segurança jurídica nas relações que envolvem o microcrédito. Uma delas foi criar a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Social (Oscip), Lei nº 9.790/99, que “Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências” (PLATAFORMA MAIS BRASIL). A Lei nº 10.194/2001 amplia para o funcionamento da Sociedade de Crédito ao Consumidor (SCM), que é pessoa jurídica, mas com fins lucrativos. A Lei nº 11.110/2005 cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para financiamento de atividades produtivas. Essa Lei foi reformulada pela Lei nº 13.636/2018.

A operação de crédito realizada no âmbito do PNMPO deve ser conduzida com uso de metodologia específica e por profissionais especializados. A metodologia utilizada deve contemplar a avaliação dos riscos da operação, considerados a necessidade de crédito, o endividamento e a capacidade de pagamento de cada tomador, a análise de receitas e despesas do tomador e o mecanismo de controle e acompanhamento diário do volume e da inadimplência das operações realizadas (PORTAL FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR).

A Resolução nº 4.713/2019, versa sobre o seguinte: “Dispõe sobre as operações de microcrédito, inclusive as de microcrédito produtivo orientado realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e sobre o direcionamento de recursos para essas operações. O Banco Central divide o ambiente institucional do microcrédito em cinco fases (Quadro 1).

Quadro 1 - Ambiente Institucional do Microcrédito.

PERÍODO	HISTÓRICO
1972-1988	Concessão de microcrédito exclusivamente por meio de Organizações Não Governamentais, que priorizavam o fomento do segmento em relação ao retorno financeiro do crédito concedido.
1989-1997	Início da concessão do microcrédito por governos municipais, por meio de programas de suas Secretarias de Trabalho.
1998-2002	Início da regulação do microcrédito. Criação das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, instituições financeiras no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Criação da qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público para as entidades sociais – sem finalidade lucrativa e de natureza privada – originadoras de crédito fora do sistema financeiro formal.

Continua

PERÍODO	HISTÓRICO
2003-2018	Direcionamento do crédito. Criação do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado. Ajustes normativos, definindo o foco exclusivamente nas atividades produtivas e ajustando a metodologia das operações. Priorização dos segmentos de baixa renda.
2019- ...	Redefinição do microcrédito como conjunto de 71 modalidades de operações de crédito para um público-alvo estabelecido. Inclusão do estímulo ao microcrédito como um dos objetivos da Agenda BC. Aperfeiçoamentos normativos para a redução dos custos de originação. Incorporação de novas tecnologias e entidades especializadas. Desenvolvimento do Sistema Nacional de Garantias. Desenvolvimento do Programa de Simplificação do Acesso a Produtos e Serviços Financeiros para microempreendedores individuais e microempresas.

Fonte: Estudo Especial 79/2020 Banco Central (BC).

Com o contexto histórico delineado no Quadro 1, em seguida apresentamos um demonstrativo sobre a legislação referente ao microcrédito, a partir de estudo realizado pelo GTI de Microcrédito e Finanças do Ministério da Fazenda (BITTENCOURT, 2014). O Quadro 2 apresenta um levantamento sobre a legislação de Microcrédito no Brasil.

Quadro 2 - Legislação sobre Microcrédito.

PÚBLICO	LEGISLAÇÃO
Cooperativas de Crédito	Leis 4.595/64, 5.764/71, 10.865/04 / Res. CMN 3.106/03 e 2.707/00
OSCIPI	Lei 9.790/99, MP 2.143-33/01 e 2.113-32/01; Decreto 3.100/99; Portarias MJ 361/99 e 256/02
SCM	Lei 10.194/01 e Resolução CMN 2.874/01 e 3.182/03
Crédito Consignado	Lei 10.820/03; Decreto 4.961/04 e Resolução CMN 2.718/00
Correspondente Bancário	Resolução CMN 3.156/03, 3.110/03 e 2.707/00
Risco e Garantia	Resolução CMN 2.682/99, 1.559/88 e 3.258/05 / Circular BC 3.163/05
Bancos Cooperativos	Resolução CMN 3.188/04 e 2.788/00
FAMPE (SEBRAE)	Lei 8.029 e Lei 11.110/05
Agências de Fomento	MP 2.192-70/01 e Resolução CMN 2.828/01
Banco Popular do Brasil	Lei 10.738/03
Contas Simplificadas	Resolução CMN 3.211/04
Conta Corrente Normal e Eletrônica	Resolução CMN 2.025/93, 2.747/00, 2.817/01 e 2.953/02
FAT-Funproger	Leis 7.998/90, 8.019/90, 8.352/91, 9.872/99; Lei 11.110/05; e Resolução CMN 3.091/03
Tributação de Crédito	Leis 9.311/96, 10.865/04, 10.892/04, 11.110/05 e Portaria MF 244/04
Depósitos Especiais para microcrédito	Lei 10.735/03, Lei 11.110/05; Resolução CMN 3.310/05
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	Lei 11.110/05; Decreto 5.288/04; Resolução CMN 3.310/05
Autoriza a União a conceder subvenção econômica para contratação e acompanhamento de microcrédito produtivo orientado	<i>Lei 12.666/2012 (altera a Lei 11.110/05)</i>
Empresa Simples de Crédito – ESC	<i>Lei Complementar 167/2019, altera as Leis 9.613/98 e 9.249/95 e a Lei Complementar 123/2006</i>
Operações de microcrédito	<i>Resolução 4.713/2019</i>

Fonte: Bittencourt (2014).

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO MICROCRÉDITO

O mercado de crédito ainda não conseguiu alcançar com eficiência os mais pobres e, para esse público, o crédito não pode ter um fim em si mesmo e sim enquanto protagonista do desenvolvimento e da emancipação. A partir de tais assertivas, inúmeros movimentos, principalmente no terceiro setor, foram realizados para que os pobres tivessem direito à inclusão social, utilizando como ferramenta o acesso ao crédito.

As políticas de microcrédito surgem diante da necessidade superar o problema da escassez de crédito aos mais pobres e permitir o seu acesso ao mercado financeiro, colocando ativos a sua disposição. Para tal, elas vão desenvolver um padrão de concessão de crédito para população de baixa renda no qual busca-se resolver uma das principais barreiras surgidas das necessidades de reduzir os riscos de empréstimos relacionados a existência de assimetria de informação nesse mercado: exigência de garantias reais (REYMÃO, 2010, p.72).

Para resolver a chamada assimetria do mercado, as instituições de crédito, por não terem dados fidedignos sobre os tomadores de microcrédito, documentos contábeis e movimentações bancárias que comprovassem um fluxo de caixa etc.; e a falta de garantias reais para disponibilização de crédito aos mais pobres, precisa de um tratamento diferenciado.

De acordo com Monzoni (2006), no Brasil foram instituídos três serviços de crédito, sendo: 1) Microcrédito produtivo e Crédito popular: voltado para a população de baixa renda, desenvolvido principalmente pelos bancos federais. No entanto, não há garantias de que o recurso seja utilizado para a produção, pela não aplicabilidade de metodologia de acompanhamento; 2) Microcrédito Produtivo Orientado: é um serviço personalizado, que tem como figura de referência o papel do agente de crédito que faz o acompanhamento do negócio.

Quanto à metodologia para o Microcrédito Produtivo Orientado, Silva e Gois (2007) destacam três metodologias. A primeira é o empréstimo individual, onde é feita uma análise do negócio e do histórico de crédito do cliente, geralmente é necessário um avalista ou alienação de bens, não sendo acessível ao cliente de baixa renda. A segunda são os grupos solidários, onde o empréstimo é feito para um grupo de pequenos empreendedores que têm relações próximas e a responsabilidade para o pagamento é mútua: essa modalidade possui a figura do agente de crédito para acompanhamento e é mais acessível ao cliente de baixa renda. A terceira são os bancos comunitários que, segundo os autores, é mais inclusiva que os grupos solidários. Os empréstimos são para grupos entre 10 e 50 pessoas, que antes ou

posteriormente constituem uma poupança.

Os bancos comunitários pretendem atuar como promotores do desenvolvimento local, do empoderamento e da organização comunitária, articulando simultaneamente a produção a comercialização, o financiamento e a capacitação da comunidade local, são quatro os serviços financeiros oferecidos pelos Bancos Comunitários: Fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (SEGUNDO, 2008 apud REYMÃO, 2010).

Barone et al. (2002) destacam aspectos que, na sua visão, são fundamentais enquanto características metodológicas específicas do microcrédito, quais sejam:

- 1) Crédito Produtivo;
- 2) Ausência de garantias reais;
- 3) Crédito Orientado
- 4) Crédito adequado ao ciclo do negócio;
- 5) Baixo custo de transação e elevado custo operacional;
- 6) Ação econômica com forte impacto social.

Crédito Produtivo: Crédito não destinado ao consumo; seu público é o pequeno empreendimento informal e microempresas.

Ausência de Garantias Reais: Por não haver garantias reais, as modalidades são: o aval solidário, realizado através dos grupos solidários, apresentação de um avalista que cumpra os pré-requisitos da instituição financiadora.

Crédito Orientado: O agente de crédito é o personagem principal, por ser um elo entre o tomador de empréstimo e a instituição de microcrédito.

Crédito Adequado ao Ciclo do Negócio: Os empréstimos são em valores crescentes, os prazos de pagamentos são curtos e o cliente pode fazer renovação de empréstimo, por ser quantia de pequeno valor.

Baixo Custo de Transação e Elevado Custo Operacional: Motivados pela proximidade do cliente, mínimo de burocracia e agilidade na entrega do crédito.

Ação Econômica com Forte Impacto Social: Enquanto fator de inclusão social, as pesquisas comprovam que o microcrédito fomenta a economia local, fortalecendo laços econômicos e sociais.

Adequação do Crédito ao Ciclo do Negócio: A redução dos custos de transação do financiamento ocorre pela diminuição na burocracia e agilidade na entrega do crédito, que é liberado em pequenos valores.

O público prioritário para os programas de microcrédito são pequenos trabalhadores informais e microempresas. O crédito produtivo dinamiza o empreendimento, o microcrédito orientado possui a figura do agente de crédito, que faz entrevistas, análises, elabora o parecer e faz um acompanhamento do cliente e do empreendimento. A falta de garantias reais é compensada pela relação de confiança construída entre o tomador do crédito e o programa, “na ausência de bens reais as instituições de microcrédito usam colaterais substitutos, como os *colaterais sociais* (grifo do autor), para garantir o pagamento dos empréstimos. Assim, usam do capital social dos pobres para viabilizar seu acesso ao crédito” (REYMÃO, 2010, p. 101).

2.2 BANCO COMUNITÁRIO

No estado de Ceará, em 1998, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras funda um sistema financeiro solidário conhecido como Banco Palmas, localizado na região sul de Fortaleza, que tem a missão de garantir microcrédito para produção e consumo locais a juros baixos, sem exigência de consulta cadastral (SPC e SERASA), atuando de forma integrada na comunidade.

Segundo o site do Instituto Banco Palmas, os Bancos Comunitários seguem os princípios da Economia Solidária, que têm como proposta reorganizar a economia local para fomentar a geração de trabalho e renda através da prestação de serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e solidária (Figura 1).

As principais características de um banco comunitário, conforme a lista o site do Instituto Banco Palmas, são os seguintes:

- A própria comunidade decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária (autogestão);
- Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local;
- Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
- Apoia os empreendimentos com estratégia de comercialização como: feiras, lojas solidárias, central de comercialização etc.;
- Atua em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão e desigualdade social;
- Volta-se para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas sociais governamentais de políticas compensatórias;

- Funda sua sustentabilidade financeira, em curto prazo, na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

Figura 1 - Produtos e ações de um Banco Comunitário.



Fonte: www.institutobancopalmas.org

- **Comunidade Local:** É um Conselho local, que pode ser deliberativo ou consultivo. É a controladoria social do banco, que pode ser formada por representantes de diversas organizações, associações, instituições da sociedade civil, formais ou informais, e também por gestores públicos.
- **Banco Comunitário:** Reorganiza a economia local para fomentar a geração de trabalho e renda através da prestação de serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e solidária.
- **Crédito Produtivo:** É a linha de crédito para fomentar a geração de trabalho e renda.
- **Fundo Solidário para Compras Conjuntas:** O referido fundo foi criado para atender grupos de pessoas que trabalham no mesmo ramo de atividade.
- **Crédito para o Consumo:** Seu objetivo é estimular o consumo local e valorizar a moeda social.
- **Palmas Microseguro:** É um seguro de vida destinado à população de baixa renda.
- **Poupança:** Como forma de promover a educação financeira e ao consumo consciente, o estímulo à poupança ajuda a organizar um sistema local de finanças solidárias.
- **Correspondente Bancário:** É a parceria realizada entre os Bancos Comerciais, públicos ou privados, para que a comunidade realize seus pagamentos e recebimentos dentro do seu

território, contribuindo para a movimentação de renda na comunidade.

- **Educação:** É o percurso formativo para empreendedores, gestores e trabalhadores do Banco Comunitário e da comunidade onde o mesmo atua.
- **Rede Local de Prosumatores:** Cada morador pode ser, simultaneamente, produtor, consumidor e ator social de transformação.

Na Economia Solidária, as finanças solidárias possuem como um de seus referenciais o de mobilizar recursos, no entanto, os Bancos Comunitários conseguem ultrapassar tais limites, oferecendo o fortalecimento de capital social através da prática de autogestão. Iniciativas como estas independem do poder público e fortalecem o processo de tomada de decisão (NASCIMENTO; MOURA, 2020).

Atualmente existe a rede brasileira, formada por 103 Bancos Comunitários. É uma articulação nacional, criada a partir da expertise do Banco Palmas, que fomenta essa modalidade de crédito, hoje disseminada nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste; e o Instituto Tupinambá é credenciado para exercer essa política.

2.3 AS EXPERIÊNCIAS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL E NO PARÁ

No Brasil, as experiências com a política de microcrédito começam através do terceiro setor, com o programa da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) nos estados de Pernambuco e Bahia, com metodologia que tem a capacitação como um de seus pilares (MONZONI NETO, 2006). O programa contribuiu com a formação de dezenas de agentes de crédito especializados no mercado formal e foi referência para vários programas de microcrédito na América Latina. Em 1982, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher – Banco da Mulher, para ofertar crédito e capacitação para mulheres e homens. Em 1987, a rede Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE), uma ong que se estrutura com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) possui mais de 23 mil clientes pelo Brasil. No Rio Grande do Sul, numa parceria entre governo do estado e prefeitura de Porto Alegre, nasce a Intituição Comunitária de Crédito (PORTOSOL) e começam a utilizar metodologia dos grupos solidários, para viabilizar recursos financeiros, além da parceria entre entes públicos (governo estadual e prefeitura). Também contam com outros parceiros como: SEBRAE-RS, BNDES, Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e Inter-American Foundation (IAF).

Monzoni Neto (2006), destaca o programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil – o CREDAMIGO, que tem em sua carteira de crédito mais de 200 mil clientes. É o maior banco de microcrédito do Brasil e utiliza a metodologia de Microcrédito Produtivo Orientado.

Bittencourt (2014) divide historicamente o microcrédito no Brasil em cinco fases, conforme sistematizado no Quadro 3.

Quadro 3 - Microcrédito e Microfinanças no Brasil.

FASE	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
1	1972 até 1988	1.1) Redes alternativas organizadas por ONGs; 1.2) Fundos rotativos (informais) focados principalmente no meio rural; 1.3) Gestão com enfoque no objetivo do financiamento e não no retorno do crédito.
2	1989 até 1997	2.1) Entrada dos governos municipais, de vertente progressista, como atores do microcrédito através da constituição de programas e/ou organizações para operar diretamente com Microempreendedores (Bancos do Povo); 2.2) Expansão do cooperativismo de crédito urbano; 2.3) Constituição de sistemas alternativos de coop. de créditos rurais.
3	1998 até 2002 Governo FHC	3.1) Criação do Marco Legal para o microcrédito - SCM e as OSCIPs; 3.2) Alterações na regulamentação das cooperativas de crédito foco nas centrais e permissão para coop. crédito de microempreendedores; 3.3) Criação do Programa de Microcrédito do BNDES – Financiamento e Desenvolvimento Institucional (32 instituições até 2002); 3.4) Criação do Programa Crediamigo pelo Banco do Nordeste; 3.5) Permissão para atuação dos Correspondentes Bancários; 3.6) As Instituições de Microcrédito eram para fornecimento de outros serviços bancários, existindo pouca ou nenhuma relação entre estas instituições e os bancos (exceto coop.); 3.7) Facilitar e ampliar o acesso ao crédito aos microempreendedores formais e informais visando à geração de renda e trabalho; 3.8) Facilitar e ampliar o acesso aos serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros, créditos) pela população de baixa renda, garantindo maior cidadania; 3.9) Reduzir as taxas de juros nos financiamentos.
4	2003 ... Governo Lula	4.1) Inclusão bancária, associando o crédito a outros serviços bancários para a população de baixa renda; 4.2) Apoio ao Cooperativismo de Crédito e regras mais flexíveis para o seu funcionamento; 4.3) Aumento do número de correspondentes bancários e dos tipos de serviços prestado; 4.4) Regulamentação do Crédito consignado; 4.5) Ampliação e consolidação do Programa Crediamigo.
5	2005 ... Governo Lula	5.1) Criação do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado; 5.2) Aproximação entre instituições financeiras e de Microcrédito, vinculando outros serviços financeiros ao microcrédito produtivo; 5.3) Marco legal para o microcrédito produtivo, incluindo a regulamentação para o repasse de recursos dos bancos para instituições de microcrédito (depósitos especiais e FAT); 5.4) Viabilização de fundos de aval para as instituições de microcrédito; 5.5) Desenvolvimento de Projetos de Desenvolvimento Institucional focados na articulação entre instituições de microcrédito e na

		padronização dos modelos contábeis.
--	--	-------------------------------------

Fonte: Bitencourt (2014). Microcrédito e microfinanças no Governo Lula. Relatório GTI de Microcrédito e Finanças – Ministério da Fazenda.

Conforme representado no Quadro 3, no Brasil, foi a partir da década de 1970 que surgiram as experiências com o microcrédito, inicialmente pelo terceiro setor e paulatinamente pelos governos progressistas nas esferas municipal, estadual e federal, implantam e assumem como política pública para geração de trabalho e renda. A partir desse momento buscam a construção de um Marco Legal, que permeia as relações de microcrédito e microfinanças no Brasil.

Uma das experiências mais reconhecidas de microcrédito rural é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), operado por bancos públicos federais e cooperativas de crédito. É a modalidade de microcrédito rural que já está estabelecida como política pública. Conforme os dados publicados por Bittencourt (2014), o investimento realizado no governo FHC em 2002 foi de 2,2 bilhões e o governo Lula, no ano de 2004, ampliou para 6 bilhões o PRONAF B, linha destinada ao microcrédito, que passou a ser operado pela metodologia de microcrédito produtivo orientado.

O governo federal, com o intuito de fazer o crédito chegar aos mais pobres, amplia a rede de atendimento ao microcrédito e microfinanças. Assim, os agentes financeiros ampliaram seus serviços para a população de baixa renda, amparados pela Lei nº 8.019, de 11 abril de 1990, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tais como: o Banco Popular do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Nordeste, através do CREDIAMIGO; Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDS) e Banco da Amazônia (BASA), através do Amazônia Florescer. Houve permissão para atuação de cooperativas de crédito de livre adesão e estímulo aos bancos privados para que atuassem com esse segmento social. Seguindo a mesma linha de estrutura, a legislação para o setor também foi alterada, sendo algumas delas: criação da conta corrente simplificada, incentivo às instituições financeiras para operar o crédito popular, regulamentação do crédito consignado para trabalhadores e beneficiários do INSS, redução de taxas e tributos, crédito de uso livre, crédito para ao microempreendedor, incluindo compra de equipamentos e ferramentas para grupos profissionais tais como: associações de catadores de papel, de artesanato entre outros.

Costa (2014) destaca que a modalidade de microcrédito no formato de Banco do Povo surge a partir da eleição de governos populares. Em uma análise comparativa entre os governos de Fernando Henrique e Lula, ressalta, no que tange à política de microcrédito, na era FHC não forneciam outros serviços bancários além do crédito; entretanto, no governo Lula esses serviços são ampliados para microfinanças.

Neste sentido, iniciou-se a quarta fase, em 2003, com a posse do Governo Lula. O objetivo de sua política de microcrédito e microfinanças era facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores formais e informais, visando à geração de renda e trabalho. Objetivava também o facilitar e ampliar acesso aos serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros, créditos) pela população de baixa renda, garantindo maior cidadania, conjuntamente com a redução das taxas de juros nos financiamentos (COSTA, 2014, p. 111).

O microcrédito, enquanto política pública, avança por todo o Brasil; e no estado do Pará, as instituições que atuam com microcrédito estão contidas em Bancos públicos e privados, prefeituras, ONGs etc. Abaixo listamos alguns exemplos:

- **BASA:** De acordo com o site do Banco da Amazônia (BASA), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), foi criado pelo Artigo 159, Inciso I e Alínea “c” da Constituição Federal de 1988 e pelo Artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A regulamentação do referido normativo constitucional se deu através dos termos da Lei nº 7.827, de 27/09/1989, que tem o objetivo de contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região através de programas de financiamento aos setores produtivos privados.
- **Amazônia Florescer:** O Banco da Amazônia (BASA) inicia em 2007 o Programa Amazônia Florescer (linha urbana e rural): trabalha com a metodologia PNMPO e atua com financiamento individual e de grupos solidários. Foi criado para dar acesso ao crédito aos empreendedores populares da Amazônia Legal.
- **CEAPE:** Centro de apoio a Pequenos Empreendimentos (CEAPE) em formato jurídico de ONG, iniciou no Rio Grande do Sul e se expandiu pelo Brasil, chegando ao Pará em 1995.
- **Fundo Ver-o-Sol –** Inicia o seu trabalho com microcrédito em 1997. O fundo é gerido pela Prefeitura Municipal de Belém, e tem como missão a geração de emprego e renda aos munícipes.
- **Banpará Comunidade:** Com o objetivo de levar crédito para estimular a geração de renda e fortalecer pequenos negócios familiares o Banco do estado do Pará cria em 2001 uma linha de crédito voltada para pequenos empreendedores, com pouca burocracia.
- **CredCidadão:** Suas atividades iniciam em 2004 com o nome de CredCidadão é uma linha de microcrédito do governo do estado do Pará, com o objetivo de gerar trabalho e renda aos microempreendedores.
- **Instituto Tupinambá:** Fundado em 2008, o Banco Comunitário Tupinambá, localizado no distrito de Mosqueiro (Belém-PA), é uma Organização da Sociedade Civil que desenvolve

a sua metodologia nos princípios da Economia Solidária e Empreendedorismo Social.

Como observamos através da história, o contexto do microcrédito está imbricado com as transformações no mundo do trabalho, numa conjuntura econômica de aumento da pobreza e miséria, implantada por vários fatores, tais como questões climáticas, guerras, crises financeiras, sociais e a falta de democratização da acessibilidade ao crédito. A partir da constatação de pobreza estrutural causada por diversos fatores aqui citados, a população pobre diretamente atingida cria formas de se proteger minimamente contra o desemprego ou perda do seu ganho de subsistência, principalmente quando estão completamente aniquiladas pela falta de políticas públicas que lhes deem dignidade, como afirma Yunus (2000, p. 14): “Morre-se por muitos modos, mas a morte por inanição é a mais inaceitável. Ela acontece lentamente...”. O microcrédito não cura todos os males da pobreza, no entanto, pode ser uma política de inclusão, mitigando os seus impactos.

Assim, o objetivo de estudar duas instituições que trabalham com microcrédito, uma enquanto política pública, ou seja, “é a intencionalidade da ação de governo” (CHRISPINO, 2016, p. 22), enfoca o Fundo Ver-o-Sol, criado pela Prefeitura de Belém, tendo como objetivo a geração de emprego e renda no município; e a segunda, o Banco Tupinambá, uma organização da sociedade civil caracterizada como instituto, que também tem o objetivo de gerar emprego e renda nos princípios da Economia Solidária dentro do seu território de ação. Ambas têm objetivos similares, contudo, com metodologias diferenciadas. A proposta deste estudo é saber como o desenvolvimento do trabalho com o microcrédito pode contribuir para a formação de capital social.

3 BELÉM E A POLÍTICA DE MICROCRÉDITO

Segundo Rodrigues (2008), durante o período de ocupação da Amazônia, Belém gradativamente torna-se uma grande colônia de Portugal, cujo perfil econômico da capital do estado era de atividades comerciais e financeiras. Na atualidade, economicamente Belém é uma cidade de serviços e, dentro desta classificação, 85% estão no setor terciário, ou seja, prestação de serviços e venda de produtos. Os setores mais destacados neste setor são Saúde e Educação. O setor secundário, representado pela Indústria, representa 14% na economia de Belém, com destaque para a Construção Civil, Alimentos e Bebidas. E o primeiro setor, com 1%, tem baixa taxa de participação na economia da cidade.

Em levantamento recente pelo governo municipal, são 115 mil pessoas em condição de subocupação. São pessoas que têm algum tipo de trabalho, contudo, em condições precárias e não conseguem manter a sua subsistência. O município de Belém-PA tem uma das mais baixas taxas de renda per capita do Brasil. Somando o programa Bolsa Família com o benefício de Prestação Continuada, no ano de 2018 eram 543.845 pessoas beneficiadas com os programas de transferência de renda, para uma população estimada em 1.505.420 pessoas, segundo IBGE Cidades; e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,746.

De acordo com o IBGE Cidades, Belém, capital do estado do Pará, possui uma área territorial de 1.050.466 km², com uma população estimada em 1.499.641 pessoas e densidade demográfica de 1.315.26 habitantes por km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) referente a 2010 é de 0.746 e um PIB per capita de R\$ 21.191,47. O município está dividido em oito (08) distritos administrativos, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - Caracterização da População e Território - Área Urbana - Belém-PA.

DISTRITO	POPULAÇÃO (hab.)	ÁREA (km ²)	ÁREA (ha)
DAMOS	33.232	219,67	21.967,33
DAOUT	38.731	110,26	11.026,28
DAICO	167.035	33,15	3.315,34
DABEN	284.670	32,89	3.288,70
DAENT	125.400	67,52	6.752,17
DASAC	256641	14,90	1.490,28
DABEL	144.948	13,70	1.369,76
DAGUA	342.742	14,40	1.440,32

Fonte: Companhia Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM apud SEGEP) – dados de 2010.

O Ver-o-Sol é um Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e renda, portanto, é uma política pública.

Cada modelo de Estado produzirá seu modelo próprio de políticas públicas, considerando a dinâmica do governo, sua relação com a sociedade e capacidade desta organizar-se para fiscalizar e cobrar a execução de direitos.

[...] Podemos, pelo mesmo raciocínio, imaginar que cada modelo de governo [...], se tenha um conjunto de políticas públicas pertinentes ou mais coerentes com modelos de gestão que se dispõe a implementar (CHRISPINO, 2016, p. 22).

3.1 FUNDO MUNICIPAL DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – VER-O-SOL

No ano de 1996, a cidade de Belém-PA passa por um processo eleitoral, elegendo para prefeito o arquiteto e urbanista Edmilson Rodrigues e para vice-prefeita Ana Julia Carepa, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), eletos para o primeiro mandato no período 1997 a 2001; e reeleitos para o segundo mandato de 2001 a 2005. No decorrer do primeiro mandato, surge o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda – Ver-o-Sol, o Banco do Povo de Belém, a partir de um compromisso de campanha do então candidato do PT a prefeito de Belém. A proposta estava baseada em experiências exitosas do partido nas cidades que já haviam desenvolvido programas de microcrédito e usavam como nome de fantasia “Banco do Povo”. Em Belém, ficou sob a responsabilidade do então Secretário de Economia do município, Sr. Valdir Ganzer, encaminhar para a Câmara Municipal de Belém o projeto que foi inspirado em experiências como a do Grameen Bank de Bangladesh, ICC Portosol de Porto Alegre e FUNSOL, de Brasília, além de outras experiências na América do Sul.

Em 1997 foi criado o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego Renda – Ver-o-Sol, por meio da Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997. O Fundo Ver-o-Sol surgiu para promover a geração de trabalho e renda para os moradores da cidade Belém-PA no referido ano. De acordo com a SEGEP, a população era de 1.160.181 habitantes, com densidade demográfica de 1.095.07 habitantes por km².

Assim, a então promessa de campanha torna-se realidade através de Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997, como dispõe o seu Artigo 1º:

Art. 1º Fica criado, nos termos da legislação vigente, o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol. Parágrafo Único – Fica

estipulado o teto máximo para financiamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para pessoa física e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para pessoa jurídica, através do Fundo Municipal de Solidariedade.

O Banco do Povo de Belém⁴ integra o programa de geração de emprego e renda da Secretaria Municipal de Economia (SECON), que é criado “[...] em busca de uma solução para a angustiante situação de desemprego, por meio da inclusão social e política do cidadão, na perspectiva de melhores condições de vida” (ARROYO, 2002, p. 54).

A mesma Lei Complementar nº 01/97, que cria o Fundo Ver-o-Sol, cria também o Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, regulamentado através do Decreto nº 32.517, de 30 de abril de 1998. É um Conselho tripartite e paritário, que tem como competência propor políticas de trabalho, aprovar diretrizes, definir prioridades, avaliar iniciativas de emprego e renda e fiscalizar a utilização do Fundo Ver-o-Sol.

A administração dos recursos do Fundo Ver-o-Sol compete a uma junta administrativa composta por três funcionários públicos municipais que ocupam os seguintes cargos: 1) Coordenador do Fundo Ver-o-Sol; 2) Diretor Geral da SECON; e 3) Chefe do Departamento Administrativo da SECON. A coordenação do Fundo ficou a cargo do Secretário Municipal.

Freitas (2004) relata que durante o período de implantação, entre os anos de 1997 e 1998, os primeiros agentes de crédito foram a Belo Horizonte para fazer capacitação na metodologia creditícia promovida pelo BNDS e pela Crear Brasil, empresa de consultoria em microcrédito. O sistema de gerenciamento informatizado o treinamento de funcionários e treinamento de metodologia para o crédito foi realizado através de um convênio com a instituição comunitária de crédito (ICC) PORTOSOL.

O Banco do Povo de Belém inicia suas operações de crédito pelo bairro do Benguí, localizado no distrito administrativo do Benguí (DABEN) e posteriormente expande o crédito para os demais distritos administrativos e bairros de Belém.

Em 2001, a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Ford, com o apoio do BNDS, entregam ao Banco do Povo de Belém o prêmio de Gestão Pública e Cidadania.

3.1.1 A organização estrutural do Fundo Ver-o-Sol

Nesse período, a sede do Banco do Povo localizava-se à Av. Cipriano Santos nº 40,

⁴ Banco do Povo é a estrutura funcional que administra o fundo Ver-o-Sol (FREITAS, 2004, p. 106).

bairro de São Braz, na cidade de Belém-PA. Segundo a Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997, na seção III - Das Receitas do Fundo, estas são constituídas da seguinte forma:

- II - 1,00% (um por cento) do produto da arrecadação da quota-parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
 - III - 0,64% (sessenta e quatro décimos por cento) do produto da arrecadação da quota-parte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;
 - IV - Recursos oriundos de instituições nacionais e internacionais;
 - V - O produto de convênios firmados com outras instituições públicas e/ou privadas;
 - VI - Doações em espécie ou em títulos de aplicação financeira que lhes sejam feitas diretamente;
 - VII- Os rendimentos e juros provenientes de aplicações no mercado financeiro dos recursos vinculados ao Fundo;
 - VIII - O retorno dos financiamentos concedidos; e
 - IX - Outras receitas provenientes de fontes aqui não especificadas, à exceção de impostos de competência da entidade governamental criadora.
- 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito.
- 2º - A conta específica do Fundo será provisionada pelo Tesouro Municipal no que corresponder ao produto de sua arrecadação vinculada ao Fundo, observados os seguintes prazos: a) recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia; b) recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia, etc. recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês até o décimo dia do mês subsequente (BELÉM, Lei Complementar nº 01/1997).

A referida lei Complementar inclui o controle social do Fundo Municipal Ver-o-Sol e, especificamente no capítulo III, trata do Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico Social: seção I - Da Criação, Natureza e Composição do Conselho, em seus artigos 9º e 10º, dispõe sobre o controle social sobre o Fundo Ver-o-Sol.

Art. 9º - Fica criado o Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico-Social, órgão colegiado da administração pública municipal, com a competência de aprovar as diretrizes de política de trabalho, avaliar as iniciativas de geração de emprego e renda e fiscalizar a utilização de recursos do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol.

Art. 10 - O Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico-Social, composto de quinze membros, será constituído de forma tripartite e paritária, devendo contar com representação em igual número de trabalhadores, empregadores e governo. (BELÉM, Lei Complementar nº 01/1997).

Na gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, em dois mandatos, compreendidos entre 1997/2000 e 2001/2004, o Fundo Ver-o-Sol assume o nome de fantasia “Banco do Povo de Belém”. Trata-se de uma política pública de geração de emprego e renda, que através da democratização do crédito busca contribuir para o desenvolvimento econômico da cidade de Belém.

3.1.2 Os projetos especiais do Fundo Ver-o-Sol - (Banco do Povo)

O objetivo adotado pela gestão do Banco do Povo foi trabalhar o crédito não como um fim em si mesmo, mas acompanhado de uma metodologia – crédito, formação e organização – com o objetivo de incentivar e promover projetos especiais, assim divididos:

- Incentiva a formação e organização: Atacadão Solidário, Moda Popular, Catálogo de Negócios Serviços e Produtos dos Empreendedores Populares, Centro de Apoio ao Empreendedorismo Popular Solidário (CAEPS), Fórum de Empreendedores Populares e Solidários de Belém, Fórum Paraense de Economia Popular Solidária.
- Relacionados ao crédito: Aval Comunitário e Grupos Solidários.

Alguns desses projetos estão detalhados abaixo:

Atacadão solidário - Esse projeto objetiva a compra coletiva de matéria-prima e mercadorias. O Banco do Povo incentiva os merceeiros, inicialmente do mercado de São Braz, a organizar uma associação para compra coletiva. Para organizar a categoria de merceeiros foi criada a associação de Empreendedores do Complexo de São Braz (AECOM). Através do crédito do Banco do Povo, os merceeiros começaram a realizar compra coletiva para obter melhores preços em seus produtos, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/Amazônia). Essa proposta amplia-se para os bairros da periferia de Belém, como Guamá, Jurunas, Terra Firme e Benguí e, em conjunto com a AECOM em 2004, culmina com a criação da Cooperativa dos Merceeiros(as) do Pará (COMER). Essa parceria se amplia com o Fórum de Empreendedores Populares de Belém.

Moda popular - A Associação dos Empreendedores de Confecção e Acessórios do Estado do Pará (ASCAPA) nasce com o objetivo de organizar as costureiras e artesãs, criar moda para abastecer o mercado local e criar uma marca de moda popular.

Catálogo de negócios, serviços e produtos dos empreendedores populares - Foi criado como proposta de mídia alternativa para os empreendedores financiados pelo Fundo Ver-o-Sol (Banco do Povo), com o objetivo de promover os negócios populares nos bairros, incentivando o consumo local.

Fórum de Empreendedores Populares e Solidários de Belém - Em agosto de 2000, o Banco do Povo de Belém, em parceria com a ADS-Amazônia e PRONAGER, promove o primeiro Encontro de Empreendedores Populares de Belém, do qual participaram cerca de

200 pessoas. As discussões levantadas tiveram como encaminhamento a necessidade de criar uma organização de classe, com o intuito de buscar soluções para os problemas em comum. Diante desse pressuposto, foi organizado o Fórum de Empreendedores Populares de Belém. A primeira coordenação foi organizada por atividade, conforme relato da senhora Joana Mota, coordenadora do Fórum Estadual de Economia Solidária e representante do Pará no Fórum Nacional de Economia Solidária. Em dezembro do mesmo ano, com o apoio de Banco do Povo, o Fórum de Empreendedores Populares organiza uma feira no shopping popular da Usina Progresso e o primeiro desfile de moda popular.

Fórum Paraense de Economia Popular Solidária - O primeiro encontro de Economia Popular e Solidária do Estado do Pará foi organizado por um grupo de entidades, como: FASE, CÁRITAS, Banco do Povo, ADS-Amazônia, Fórum de Empreendedores Populares de Belém e Grupo de Trabalho de Economia Solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FAOR). Entre os objetivos deste encontro houve a eleição de delegados(as) para a plenária do 3º Encontro Brasileiro de Economia Solidária.

Aval Comunitário - O aval comunitário tem a proposta de funcionar em comunidades onde a organização está consolidada, como a dos ceramistas de Icoaraci. Para acessar essa linha de crédito, os critérios foram os seguintes: a organização realiza a assembleia geral, na qual obrigatoriamente deve estar presente um representante do Banco do Povo, preferencialmente um agente de crédito, ficando sob a responsabilidade dessa assembleia decidir quais os dois primeiros associados a receber o crédito. A associação torna-se o avalista comunitário e, conforme o desempenho de pagamento, a associação vai indicando os seus associados.

Grupos Solidários - Os grupos solidários são formados por no mínimo três e no máximo vinte empreendedores – esse é o aval solidário. Os grupos podem ser formados por pessoas que moram no mesmo bairro ou exercem atividade produtiva no mesmo espaço geográfico, como feiras livres. Para participar dos grupos solidários, os pretendentes participam de uma palestra específica para essa categoria. O valor aprovado pode sair em nome de um representante do grupo, com a cobrança em um único carnê ou separadamente, tanto o valor a receber quanto a cobrança, e a escolha fica a critério do grupo.

Conforme Freitas (2004), desde o início das operações até setembro de 2003, foram realizados financiamentos para mais de 520 grupos solidários, que tinham em média três pessoas por grupo e todos os empréstimos tomados foram para capital de giro. A pesquisa de Freitas tem o seguinte resultado sobre os grupos solidários financiados pelo Banco do Povo:

De modo geral, os grupos estudados funcionam mais como grupo de aval, servindo principalmente como garantia de crédito, do que como grupos solidários, com exceção dos grupos formados por parentes e amigos, que se conhecem há bastante tempo, pois já são consolidados. Assim, com relação aos laços de solidariedade, por parte dos membros, percebe-se que a solidariedade é mais forte, nos grupos já formados e constituídos por parentes.

[...] Por outro, o referido programa também pode ser incluído no rol dos programas de microcrédito desenvolvimentistas e emancipatórios, pois suas atividades não se limitam apenas ao crédito, mas, desenvolvem atividades de formação e capacitação bem como se preocupa com a organização dos empreendedores (FREITAS, 2004, p. 145-146).

Baseado em dados da Secretaria Municipal de Coordenação Geral e Planejamento (SEGEP), Freitas (2004) organiza uma tabela onde demonstra os empregos gerados, mantidos e indiretos pelo Banco do Povo entre 1998 e 2003 (Tabela 1).

Tabela 1 - Empregos Gerados e Mantidos (1998-2003).

Ano/Empregos	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Gerados	27	379	1.016	1.044	1.862	1.983
Mantidos	291	2.180	4.423	2.941	4.943	3.003
Indiretos	954	7.677	1.6317	11.955	2.0415	14.958
Total	1.272	10.236	21.756	15.940	27.220	19.944

Fonte: Freitas, 2004.

Na leitura da Tabela 1, observamos a geração de empregos, um dos objetivos da criação do Fundo, fomentada na gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, utilizando o chamado tripé metodológico da política de crédito do Banco do Povo, que foi crédito-formação-organização; e contempla o crédito assistido na seguinte metodologia: contribuir com a formação técnica dos empreendedores populares, formação das lideranças e o fomento para a organização dos Fóruns de economia local e solidária.

O que há de novo nos chamados “Banco do Povo”, *grifo dos autores*, não é o banco, mas o povo. Não é o crédito, e sim a economia solidária. Não o cliente, e sim o cidadão e suas organizações. Não é o número de crédito concedido, e sim o número de pessoas incluídas socialmente, as ocupações produtivas e a mudança de qualidade de vida propiciada pela geração de renda (ARROYO; MENDONÇA; MORGADO [2003?]).

O Observatório da Cidadania de 2003, a partir de estudos da trajetória de inclusão no mundo do trabalho, em quatro anos de operação com o microcrédito o Fundo Ver-o-Sol, realizou mais de 11,8 milhões de empréstimos, beneficiando 6,5 mil empreendimentos/famílias, mais de 9,3 mil operações de crédito, gerando 70 mil empregos diretos e indiretos, com baixa taxa de inadimplência, de 8,1%; o custo benefício de cada

emprego direto gerado pelo programa foi de R\$ 664,50; somando aos empregos indiretos, o custo-benefício baixa para R\$ 166,22 por emprego gerado. As linhas de crédito e juros aplicados estão discriminados na Tabela 2.

Tabela 2 - Linhas de crédito e juros aplicados nesse período.

LINHA DE CRÉDITO	TAXA DE JUROS
Empreendedores (as)	3%
Iniciantes	1,5%
Agricultura Familiar	1,5%
Jovens (1º emprego)	1%
Mulheres Chefes de Família (em risco social)	1%
Bolsa Escola, Egressos do sistema penal, PETI	0,5%

Fonte: Arroyo, Mendonça e Morgado ([2003?], p. 14).

Com taxas diferenciadas para uma linha de inclusão social, o projeto investe para que os desprotegidos do sistema financeiro consigam ter acesso ao crédito produtivo.

Nesse período, de acordo com o estudo supracitado, trabalha-se o microcrédito com viés emancipatório. O microcrédito executado pelo Banco do Povo de Belém rompe com os paradigmas de financiamentos para essa modalidade de crédito, quando abriga os chamados projetos especiais, que potencializam a formação de capital social e com linhas de crédito para atender e tratar desigualmente os desiguais, com taxas de juros diferenciadas para diferentes categorias, como os egressos do sistema penal, jovens, mulheres em condição de risco social, ou seja, o microcrédito é um instrumento real para a inclusão social.

3.1.3 Novos rumos para a política de microcrédito

A partir de 2005, a política de microcrédito do Fundo Ver-o-Sol assume novo viés, com a eleição de Duciomar Costa (PTB), prefeito que exerceu seu primeiro mandato de 2005/2008 e o segundo de 2009/2012. Nesse período, o Fundo Ver-o-Sol passa por novos arranjos de gestão diante desse quadro ficou sem exercer sua função por 17 meses, concomitante a isso o prefeito sanciona a Lei Complementar nº 03, de 22 de junho de 2005, que altera dispositivos da Lei Complementar 01/97 e novamente cria o Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico Social, entre outras providências.

No mesmo ano, em 29 de dezembro, é publicada a Lei Complementar nº 6, com mais alterações na Lei Complementar nº 1, entre estas: “Art. 4º - O Fundo Municipal de Solidariedade Para Geração de Emprego e Renda - Ver-o-Sol fica subordinado ao Gabinete do Prefeito, e compete a sua administração à Coordenadoria do Fundo Ver-o-Sol.”, anteriormente a gestão do Fundo era atribuição da SECON.

Um novo organograma foi criado e os projetos especiais existentes no governo anterior foram excluídos, contudo, foram mantidos alguns perfis de público prioritário.

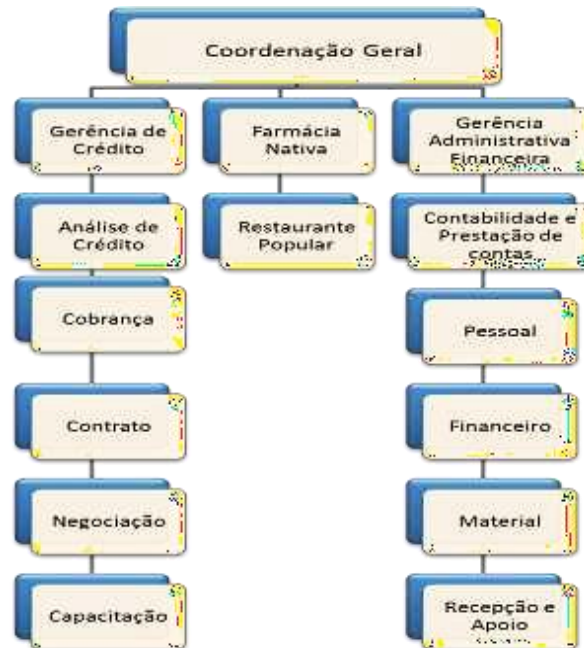
São dispensados da exigência do avalista os financiamentos concedidos a entidades de classes, desde que tenham firmado convênio com o Fundo e encontrem-se devidamente regularizadas pela SECON. O convênio tem como público-alvo: permissionários de mercado, feirantes, ambulantes e camelôs cadastrados junto as Associações dos Feirantes da Tancredo Neves, Associação dos Feirantes de Abastecimento do Jurunas, Associação dos Trabalhadores da 1ª de Queluz, Associação do Complexo de São Brás, Fundação Agostinho Monteiro “Acorda Pará”, Associação dos Feirantes e das Feiras e Mercados do Município de Belém, Associação dos Trabalhadores do Porto do Açaí, Associação das Erveiras e Erveiros do Ver-o-Peso. Também os proponentes do microcrédito oriundos de algum programa assistencial de complementação de renda do governo Municipal, Estadual ou Federal, egressos ou dependentes de egressos do Sistema Penal, jovens oriundos do programa de primeiro emprego, pessoas com mais de 45 anos em situação de risco social, mulheres e jovens até 25 anos estão dispensados da exigência do aval, desde que indicados pela organização social representativa a qual pertencem (CARNEIRO, 2010, p. 52).

O projeto Farmácia Nativa e o Restaurante Popular passaram a fazer parte do programa de geração de renda do município de Belém. As taxas de juros ficaram entre 1,5% a 2,5% para pessoas físicas e jurídicas; e para linha de crédito especial ficou em 1%.

De acordo com Brasil (2007), o Fundo Ver-o-Sol realizou convênio com entidades sindicais e todas as cooperativas de feirantes de Belém. Com referência à capacitação e qualificação de pessoas vinculadas ao Fundo, foram criados três programas: Programa de Inclusão Digital, Programa de Desenvolvimento de Competências Gerenciais e Programa Farmácia Nativa, que oferecem cursos como Inclusão Digital, Gestão Empresarial e Noções de Contabilidade, Associativismo e Cooperativismo, em que foram beneficiados 3.050 pessoas até 2006.

A Estrutura Organizacional do Fundo Ver-o-Sol ficou definida em seu organograma da seguinte forma (Figura 2):

Figura 2 - Estrutura Organizacional do Fundo Ver-o-Sol - 2010.



Fonte: Carneiro (2010).

De acordo com Carneiro (2010), durante esse período a estrutura organizacional do Fundo Ver-o-Sol foi modificada, como segue:

O quadro atual da instituição é composto de 16 funcionários, sendo 01 Coordenador Geral, 01 Gerente da Área de Crédito, 01 Gerente Administrativo Financeiro, 04 Agentes de Crédito, 01 Analista de Crédito, 01 funcionário Área de Negociação 02 da Área de Atendimento e 02 Estagiários. Segundo a Gerência de Crédito, considera o quadro bastante enxuto para a grande demanda que existe na área de Crédito e que também está relacionada aos cursos de capacitação, pois antes da liberação das operações se capacita os potenciais tomadores de crédito (Fundo Ver o Sol apud CARNEIRO, 2020, p. 46).

Nas novas orientações estratégicas do Fundo Ver-o-Sol, o nome de fantasia Banco do Povo utilizado pelo governo anterior, não foi mais adotado. A missão, nesse momento, de acordo com cartilha da instituição, é a seguinte:

Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda. Isto feito de um modo diferenciado. Ao Fundo Ver-o-Sol não interessa a concessão de crédito simplesmente. Interessa o investimento no capital humano do empreendedor, através da capacitação continuada. Da ampliação da visão de mundo e das oportunidades de negócio. O Fundo Ver-o-Sol quer extrapolar a visão estreita de mercado interno, investir em tecnologia e conhecimento para que o empreendedor belenense esteja pronto, em condições competitivas de se lançar ao mercado externo, explorar novas possibilidades (CARNEIRO, 2010, p. 49).

As linhas de créditos especiais são: Crédito Solidário (grupos solidários), Crédito Associativo (cooperativas e unidade de produção comunitária) e Crédito Especial para pessoas pertencentes a programas sociais das três esferas de governo.

No referido período fica uma lacuna quanto ao acompanhamento dos financiados; a metodologia prevê que seja feito face a face, com conhecimento do território e da cultura local. Diante desta premissa, constatamos que é humanamente impossível que somente quatro agentes de crédito consigam executar tal acompanhamento, conforme o indicado pelo PNMPO. Outra questão a ser levantada é a inclusão do programa de Restaurante Popular dentro da política de geração de renda, um programa do governo federal com rubrica própria, incluído na política de segurança alimentar.

No período de 2006 a 2009, o Fundo Ver-o-Sol apresentou os seguintes números na gestão, foram R\$3.538.963,33 (três milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos). Com esse recurso o fundo realizou 2.722 operações de crédito; e cada operação tem valor médio de R\$ 1.300,13 (mil e trezentos reais e treze centavos) (CARNEIRO. 2010, p. 59).

3.1.4 Fundo Ver-o-Sol e o desmonte da política de microcrédito

No período entre 2013 e 2020, o prefeito Zenaldo Coutinho (PSDB) assume a gestão municipal em dois mandatos – o primeiro mandato de 2013 a 2016; e o segundo mandato de 2017- 2020. Pela terceira vez, a política pública de microcrédito do Fundo Municipal muda de direção. Para efeito desta pesquisa e análise de dados, a proposta era analisar o último ano de mandato, no que tange à gestão do Fundo Ver-o-Sol . No entanto, para o levantamento do ano de 2019, conseguimos localizar somente dados em relatórios e sites oficiais.

Em mensagem oficial do prefeito Zenaldo Coutinho na prestação de contas do ano de 2019 à Câmara Municipal de Belém, na sua introdução, o gestor municipal relata os desafios de gerir uma metrópole como Belém-PA, com redução dos recursos repassados pela União e pelo Estado. Com base no documento Mensagem à Câmara Municipal de Belém, 2020, cidade para todos, o então prefeito disserta sobre os temas: mobilidade urbana, educação, saúde, segurança, turismo etc. O capítulo referente à economia da cidade, denominado Programa de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, inicia com os dados de 2019 da Secretaria de Economia (SECON), que inicialmente era responsável pela gestão do Fundo. E destaca o perfil econômico de Belém, baseado prioritariamente nas atividades no comércio, prestação de serviços e turismo, destacando-se algumas atividades industriais, tais como: indústria alimentícia, naval, metalúrgica, pesqueira, química e madeireira. Algumas ações da SECON em 2019 são destacadas na referida mensagem do prefeito.

Durante o ano de 2019, a SECON/PMB desenvolveu o Projeto Ver-a-Arte, Feira de Artesanato, em parceria com a Coordenadoria da Mulher de Belém - COMBEL. Realizado em 6 edições, entre os meses de maio a outubro, nas dependências do Mercado Francisco Bolonha (Mercado de Carne), o projeto tem por objetivo incrementar a geração de renda e fomentar uma rede de contatos entre os artesãos. O projeto prevê a realização da feira todo primeiro sábado do mês, para promover e divulgar o artesanato sustentável local e gerar renda para essas pessoas, além de se tornar um atrativo para o público local e turistas (BELÉM, *Mensagem à Câmara Municipal de Belém*, 2020, p. 120).

Sobre o Fundo Ver-o-Sol (FVOS), no referido documento o define da seguinte forma:

“[...] fomento de atividades produtivas por meio da concessão de microcrédito, na capacitação profissional dos pequenos empreendedores locais e na área da segurança alimentar, a partir da gerência do restaurante popular Desembargador Paulo Frota” (BELÉM, *Mensagem à Câmara Municipal de Belém*, 2020, p. 126)

O referido documento informa que no ano de 2019 a concessão de microcrédito pelo FVOS foi direcionada aos feirantes/permissionários da SECON que desenvolvem seus trabalhos no complexo do Jurunas, bairro da periferia de Belém-PA. Foram analisados 53 processos e o resultado de aprovação está sistematizado na Tabela 3.

Tabela 3 - Totalidade de financiamento em relação ao gênero.

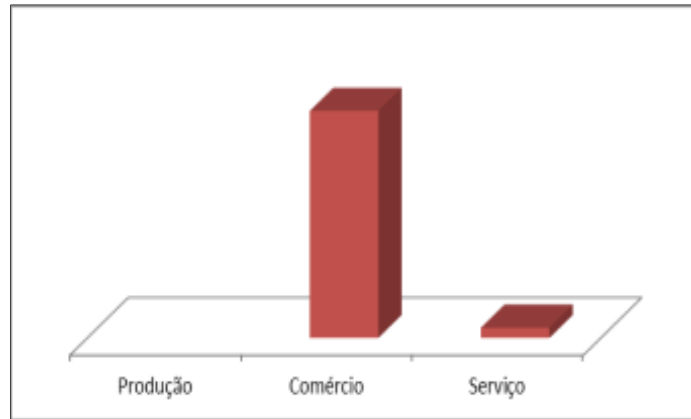
Ordem	Gênero	Quantidade	Valor	%
1	Masculino	15	R\$ 30.001,20	65,22%
2	Feminino	8	R\$ 15.998,80	34,78%
Total		23	R\$ 46.000,00	100%

Fonte: Setor de Crédito FVOS, novembro 2019.

De acordo com o setor de crédito do FVOS, desses financiamentos em 2019, 100% foram para capital de giro, todos como primeiro empréstimo na maioria dos tomadores de crédito, ou seja, 15 (quinze) pessoas estando acima de 50 anos.

Quanto ao financiamento, foram destinados R\$ 43.999,00 para o setor de comércio. Esse valor é equivalente ao percentual de 95,65% do valor total, sendo destinados R\$ 2.001,00 em financiamento ao setor de serviço, totalizando 4,35%. Todos os financiados são do setor informal da economia (Figura 3).

Figura 3 - Gráfico de Financiamento em Relação ao Setor de Atividade.



Fonte: Setor de Crédito FVOS, novembro 2019.

Portanto, queremos chamar a atenção para a seção que faz referência às receitas do Fundo Ver-o-Sol, de acordo com a Lei Complementar nº 01/97, alterada pela Lei Complementar nº 03/2005. Separamos dois itens para análise:

3.1.5 - 1% (um por cento) do produto de arrecadação da Quota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, deduzida a Contribuição do Município para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e; Valorização do Magistério – FUNDEF.

3.1.6 - 0,64% (sessenta e quatro por cento) do produto de arrecadação da Quota-Parte do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e de Comunicação - ICMS, deduzida a contribuição do Município para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF. (BELÉM. Lei Complementar 03/2005).

A Lei Complementar nº 03/2005 utiliza a sigla FUNDEF para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou no período de 1997 a 2006. Posteriormente, o Fundo passou a ser denominado de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que está em vigência desde janeiro de 2007.

Conforme a Lei Complementar nº 03/2005, são receitas do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, entre outras, o percentual de 1% do produto de arrecadação da quota-parte do FPM, deduzida da contribuição para o FUNDEB. A quota-parte do FPM, em valores brutos, foi de R\$ 434.975.021,98, depois de retirados 20% designados ao FUNDEB, ficou o valor líquido de R\$347.980.017,58 (Tabela 4).

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Pará (SEFA), no ano de 2019, na soma dos dois semestres, o que coube para o município de Belém proveniente de ICMS foi o valor de R\$ 372.866.355,03 (Tabela 5). Após o desconto de 20% do FUNDEB, ficou um valor líquido

de R\$298.293.084,03 (Tabela 6).

A Tabela 7, traz um demonstrativo líquido a partir dos valores de 0,64% ICMS e de 1% do FPM. A somatória das receitas para o Fundo Ver-o-Sol em 2019 foi de R\$ 4.388.875,91.

Tabela 4 - Repasse FPM com o desconto do FUNDEB para o município de Belém 2019.

Município	FUNDO VER-O-SOL		
BELÉM	FPM	FUNDEB (-20%)	SALDO
	434.975.021,98	86.995.004,40 ⁵	347.980.017,58

Fonte: Banco do Brasil.

Tabela 5 - Repasse ICMS para o município de Belém 2019.

a) Município	Semestre – 2019		
BELÉM	1º	2º	TOTAL
	173.837.486,14	199.028.868,89	372.866.355,03⁶

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFA/PA).

Tabela 6 - ICMS com desconto do FUNDEB para o município de Belém 2019.

Município	IMPOSTO/FUNDO		
BELÉM	ICMS	FUNDEB (-20%)	SALDO
	372.866.355,03	74.573.271,00	298.293,084,03

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFA/PA).

Tabela 7 - Valor de repasse para o FVS, pela Lei Complementar nº 03/2005, 2019.

FONTE	VALOR	%	VALOR LÍQUIDO (R\$)
FPM	347.980.017,58	1	3.479.800,18
ICMS	298.293.084,03	0,64	1.909,075,73
TOTAL			4.388.875,91

⁵ Saldo = 1% do FPM deduzido de 20% para o FUNDEB.

⁶ Valor bruto de ICMS para o município de Belém em 2019.

Fonte: Banco do Brasil; Secretaria da Fazenda (SEFA/PA).

No relatório de prestação de contas, o Fundo Ver-o-Sol inclui como atividade externa atendimentos, tais como serviços de refeições, no total de 5.295, servidas pelo Restaurante Popular, no ano de 2019 e 1.871 pessoas capacitadas. Outras qualificações ofertadas pelo Fundo no período de janeiro a novembro de 2019 foram 5.950 pessoas qualificadas e certificadas nos cursos de Agente de Portaria, Qualidade no Atendimento, Operador de Caixa, Atendente de Farmácia. Outros cursos menos demandados foram Artesanato com Material Reciclável, Empreendedorismo, Garçom e Garçonete, Informática Básica e Avançada, Limpeza e Higienização Predial, Oratória e Relações Interpessoais.

Observamos que no referido período a política de microcrédito foi praticamente extinta, visto que no ano de 2019, pelos dados levantados de órgãos públicos oficiais sobre as fontes que alimentam o Fundo Municipal Ver-o-Sol, entrou nas contas do município de Belém a quantia de R\$ 4.388.875,91; e, de acordo com relatório de prestação de contas do então prefeito Zenaldo Coutinho à Câmara Municipal, no mesmo período foram financiados 23 trabalhadores do Complexo do Jurunas, no valor total de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

3.1.5 Programa de governo – Belém de novas ideias

No ano de 2021, novamente o Ver-o-Sol muda de gestor. A atual gestão não é foco desta pesquisa, pois somente 10 meses nos separam da posse. No entanto, apresentamos alguns pontos do Programa de Governo, em que a gestão atual usou o *slogan* “Belém de Novas Ideias”. Em seu programa de governo, o atual prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, foi reconduzido ao mandato municipal para o período de 2021-2024, pelo Partido, Socialismo e Liberdade (PSOL). Entre os princípios que compõem o seu programa de governo, destacamos os itens II e III, abaixo compilados.

II - Consideramos que as políticas públicas e a ação do Estado enquanto fator de distribuição de renda e riqueza são centrais, assim como garantir o bem-estar coletivo e o poder de participação autônoma dos cidadãos que constituem o patamar de partida de para nossas exigências de cidadania.

III - Um compromisso solidário, que implique na garantia de direitos enquanto conquista e acesso universal, nas políticas centrais: saneamento; garantia de renda trabalho digno como política de desenvolvimento local inovadora de longa duração e mínima e acesso ao também emergencial; segurança cidadã; saúde; educação e assistência; transporte e mobilidade em parceria, inclusive, com segmentos da iniciativa privada que desejem participar. (PROGRAMA DE GOVERNO – Belém Novas Ideias, 2020, p .4).

A metodologia adotada para formular o referido programa, constituiu-se de sete (07) grupos de trabalho para a construção de diagnósticos, os quais foram compostos por técnicos, professores, estudantes, lideranças comunitárias, membros de associações de categorias profissionais, contribuições individuais e coletivas (Tabela 8).

Os debates e propostas foram construídos em oito (08) reuniões preparatórias distritais e seis (06) plenárias temáticas, reunidas em seis (06) eixos temáticos: 1) Gestão Democrática e Participativa; 2) Políticas Urbanas e Ambientais; 3) Economia Inovadora para a Vida e Cidadania; 4) Políticas Sociais e Segurança Cidadã; 5) Cidadania Cultural e Comunicação; 6) Diversidade. Nesse período foi lançada uma plataforma digital denominada Plataforma Bora Belém, que recebeu contribuições para a construção do Plano.

O eixo Economia Inovadora para a Vida e Cidadania, onde estão contidas as políticas para o microcrédito no Fundo Ver-o-Sol é o que vamos enfocar neste tópico.

Tabela 8 - Desemprego na cidade de Belém – primeiro trimestre/2020.

PERFIL	QUANTIDADE	DESEMPREGO
Mulher	60.000	16,2%
Homens	42.000	10,3%
Jovens	–	22%

Fonte: Programa de Governo – Belém de Novas Ideias (2020, p. 48).

Para a pós-pandemia e fazer enfrentamento ao quadro de desemprego e subemprego, o documento aponta diretrizes e propostas. Como diretriz, indica políticas de organização social e garantias de renda, por meio da política de Renda Mínima, Crédito Social e Moeda Social, apoio do governo municipal à organização dos Bancos Comunitários. Um leque de políticas voltadas à economia é proposto, como a agenda de negócios locais e organização do sistema de produção e comercialização de alimentos, política de soberania alimentar e geração de renda, além de políticas de inovação e geração de renda, desenvolvimento sustentável do turismo com linhas de financiamento especiais apoiadas pelo Fundo Ver-o-Sol. Incentivos à Economia da Cultura, Economia Criativa e Economia Solidária a partir de políticas de crédito municipal e linhas de incentivos e regulamentação de produtos amazônicos.

O programa Bora Belém visa implementar um Programa de Renda Mínima que garanta uma renda mensal de R\$ 450,00 mensais às famílias. Os critérios posteriormente adotados foram para famílias que não estão credenciadas para o Programa Bolsa Família. O Fundo Ver-o-Sol, através do Banco do Povo, garantirá crédito com juros baixos para micro e

pequenas empresas, incluindo linha de crédito especial.

Segundo Yunus (2006), o capital ligado ao trabalho contribui para diminuir os índices a pobreza. No entanto, para erradicá-la são necessárias medidas globais e profundas e, na maioria das vezes, com custo nulo ou mínimo para o contribuinte. Destarte, “O desemprego é um dos flagelos da sociedade moderna” (YUNUS, 2006, p.268). E a política de microcrédito é um instrumento de inclusão social já comprovada, que assegura aqueles que não têm acesso ao sistema de crédito formal, a melhoria da qualidade de vida e garantia mínima de sustento, principalmente para as pessoas com baixa escolaridade (CARNEIRO, 2010).

3.2 INSTITUTO BANCO TUPINAMBÁ

O Distrito Administrativo de Mosqueiro-PA (DAMOS) tem uma população estimada em 33.232 e uma área de 219,67 km², segundo dados da SEGEP de 2010. É o distrito com maior extensão territorial. De acordo com Santos et al. (2019), Mosqueiro é um território insular de Belém em que a Baía do Sol, bairro onde está situada a sede do Instituto Banco Tupinambá, fica localizada na porção setentrional da ilha. Os habitantes que deram origem a esta parte de Belém foram as tribos indígenas Morobiras e Tupinambás. A população estimada do bairro da Baía do Sol é de 2.414 habitantes, segundo dados da SEGEP de 2010. No mapa a seguir (Figura 4) encontra-se a localização do bairro Baía do Sol, na ilha de Mosqueiro.

Figura 4 - Mapa de localização da Baía do Sol, na ilha de Mosqueiro-PA.



Fonte: Google Maps.

A história do Banco Comunitário Tupinambá, em sua origem, está imbricada ao primeiro BANCO COMUNITÁRIO no Brasil, o Banco Palmas, já citado anteriormente neste trabalho. De acordo com Carneiro (2014), o senhor Marivaldo Vale e sua esposa, Ivoneide Vale, fundadores do Banco Tupinambá, moraram em Fortaleza e participaram das lutas sociais para melhorias no bairro em que moravam – e desse movimento surgiu o Banco Palmas. O casal retornou ao estado do Pará e mantém sua moradia na ilha de Mosqueiro, no bairro Baía do Sol. Nesse bairro, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁷, incentiva a formação de Bancos Comunitários por todo o Brasil. O Instituto Palmas foi a referência para fomentar a política de criação dos bancos comunitários em todo Brasil.

No ano de 2008 foi criado o Banco Tupinambá e, posteriormente, a moeda social, o moqueio. Nesse período, houve a capacitação para a gestão do projeto e, democraticamente, foiescolhido o nome do banco, em homenagem ao povo indígena que habitava a Baía do Sol – o povo Tupinambá; e o nome moeda social é originado de uma técnica utilizada para conservar peixe, o moqueio, que segundo os habitantes locais também deu origem ao nome da ilha Mosqueiro (CARNEIRO, 2014, p. 46).

Em 16 de janeiro de 2009 foi inaugurado o Banco Tupinambá, com o objetivo de gerar trabalho e renda para os moradores do bairro Baía do Sol, no Distrito Administrativo do Mosqueiro (DAMOS):

A ideia era implantar programas e projetos de trabalho e geração de renda, utilizando sistemas econômicos solidários na perspectiva de superação da pobreza urbana local. O Banco Tupinambá é um banco comunitário brasileiro, conhecido formalmente como "Banco Comunitário de Desenvolvimento" (BCD) e nasceu com diretrizes bem definidas: garantir microcrédito para produção e consumo local a juros baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador; além de manter a riqueza produzida pelo bairro no próprio bairro, por aceitar a compra e a venda com a moeda local, operando sob o princípio da "Economia Solidária" (BANCO TUPINAMBÁ).

De acordo com o site institucional do Banco Tupinambá, inicialmente foi o Banco do Brasil que ofereceu um incentivo financeiro para custear o projeto. A comunidade entrou com o espaço, móveis e equipamentos para implantar o Banco Tupinambá. Nesse mesmo período, a moeda social, Moqueio, também começa a circular.

⁷ Criada no governo Lula (2003-2011), a SENAES foi rebaixada à Subsecretaria no governo Temer (2016-2019). E, de acordo com a Medida Provisória – MP 870/2019, do governo Bolsonaro, foi transformada em um departamento do Ministério da Cidadania.

No ano de 2010, por meio da parceria com Instituto Palmas e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS), o Banco Tupinambá torna-se correspondente da Caixa Econômica e começa a trabalhar com um novo público, que são mulheres do Bolsa Família (COELHO, 2014. p 47). Em 2011, torna-se Instituto Banco Tupinambá.

O trabalho do Instituto começa a ser reconhecido no Brasil e no exterior. De acordo com o site institucional, o Banco Tupinambá já recebeu os seguintes prêmios.

- 2012 – Movimento Natura Acolher, acreditando em quem transforma
- 2012 – Prêmio Claudia
- 2012 – 2º Prêmio Aliança Empreendedorismo Comunitário
- 2013 – Vale – Prêmio Reconhecer
- 2015 – 8º Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável
- 2015 – Prêmio Consulado da Mulher Empreendedora
- 2016 – Prêmio Melhores Práticas Sociais (Fundo Sócio Ambiental Caixa Econômica Federal).

No ano de 2018, Santos et al. (2019) realizam uma pesquisa para analisar as ações desenvolvidas pelo banco comunitário e seus efeitos sobre a economia local. O relatório da referida pesquisa foi denominado “O impacto das ações do Banco Tupinambá para o desenvolvimento local na Baía do Sol”.

De acordo com França Filho (2013), os bancos comunitários fomentam o desenvolvimento dentro do território em que atuam, adotando princípios da Economia Solidária, tais como a autogestão. São utilizadas três principais ferramentas para que esses bancos alcancem os seus objetivos, quais sejam: Empréstimo Produtivo, Empréstimo de Consumo e Moeda Social. São práticas de finanças solidárias adotadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento. O foco é a organização do território onde os bancos estão instalados. Para o processo de intervenção são articulados quatro eixos centrais, quais sejam: Fundo de Crédito Solidário, Moeda Social, Estratégias de Comercialização local e Capacitação em Economia Solidária.

Segundo Santos et al. (2019), o Banco Tupinambá define-se como um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) e utiliza as referidas ferramentas como forma de contribuir para o desenvolvimento local: a) Microcrédito, que oferece capital de giro e investimento para micro e pequenos empreendedores, moradores da Baía do Sol; b) Moeda Social “Moqueio”, que movimenta as transações econômicas no comércio local.

O impacto das ações do Banco Tupinambá sobre o processo de desenvolvimento local no bairro da Baía do Sol, ilha de Mosqueiro, Belém-PA, foi o título da pesquisa realizada por Santos et al. (2019). No item 4.2, intitulado Desenvolvimento territorial, redes e capital social, os autores fazem um constructo que traz uma abordagem sobre território e desenvolvimento endógeno, dentro de uma abordagem da teoria econômica institucionalista, que traz para o cenário teórico a construção de um território a partir de seus costumes, cultura e tradição, demonstrando que a análise perpassa por outras áreas do saber, além da economia.

A construção teórica perpassa pelo conceito de “território corporativo” (grifo do autor). Segundo Milton Santos (2003), são territórios onde as grandes corporações se estabelecem e partir deste movimento começam a influenciar o poder público para manter seus privilégios no que tange à sua lógica de valoração e as outras empresas locais para vir ao reboque das leis de mercado estabelecida a partir deste conglomerado corporativo.

A dinamicidade do território, no que se refere à criação de recursos endógenos, nos tempos atuais passa por uma análise da dinâmica organizacional da empresa e das redes atuantes no território. Sendo assim, o território não é mais um espaço passivo de recursos. O desenvolvimento endógeno ou territorial, por meio de novas abordagens, mensura os territórios a partir de: “complexas formas organizacionais de gênese local, propiciadoras de múltiplas interações entre os atores locais, bem como com outros atores extra locais” (SANTOS et al., 2019, p. 21). A partir da reação autônoma, o território se contrapõe às pressões do movimento imposto pela globalização – pressão heterônoma – e passa a valorizar os recursos ou produtos endógenos.

Para Muls (2008), outra forma de coordenação de relações sociais tem surgido nos territórios. São promotoras de desenvolvimento a partir da mobilização de atores, formação de redes entre organismos e instituições locais. São as formas intermediárias de coordenação, que sobrepõem ao mercado e ao Estado. Traz para o cenário o conceito de capital social. E como acontece no território a reação autônoma? Através do capital social. São as redes sociais construídas nos territórios que serão mensuradas a partir de relações econômicas, sociais e institucionais entre os atores locais. A medida de estoque de capital social é avaliada pela densidade e a qualidade das redes estabelecidas nos territórios.

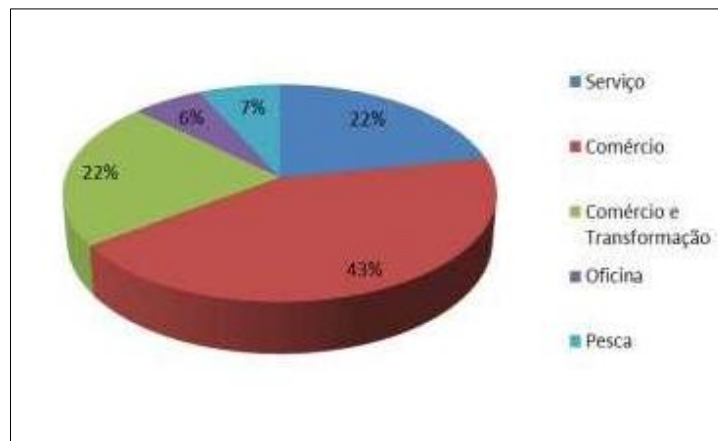
3.2.1 Os dados socioeconômicos do instituto Tupinambá

Na pesquisa mencionada no tópico anterior foram aplicados 100 questionários no bairro Baía do Sol. Para este trabalho vamos levantar alguns desses dados, tais como escolaridade, trabalho e renda.

Os dados da pesquisa que informam sobre a escolaridade apontam que 51% dos entrevistados têm nível de escolaridade inferior ao ensino médio completo; 36% têm ensino médio completo; e 13% ingressaram no ensino superior.

Referente a trabalho e renda, os dados são os seguintes: os que ganham entre meio e dois salários mínimos, o percentual é de 67% dos pesquisados; os que ganham menos de meio salário mínimo são 8%; e um percentual de 14% recebe acima de três salários mínimos. Quanto à fonte de renda, 14% têm carteira assinada; 6% são estatutários; 15% recebem Bolsa Família; 11% têm aposentaria; 8% têm benefício não identificado; 4% são autônomos; 1% recebe auxílio doença e 41% são assalariados sem carteira assinada. Sobre o tipo de negócio, os dados são apresentados no gráfico a seguir (Figura 5).

Figura 5 - Gráfico demonstrativo dos Tipos de Negócio.



Fonte: Pesquisa de campo; Santos et al. (2019).

O relatório final da pesquisa demonstra que o Banco Comunitário Tupinambá mudou paulatinamente a realidade socioeconômica naquele território – o bairro Baía do Sol. A partir de uma pesquisa de consumo amostral realizada no bairro nos anos 2009, primeiro ano de atividade do Banco, 2% dos entrevistados consumiam no bairro; em 2014 a taxa de consumo aumentou para 83%; e no ano de 2018 baixou para 74%: “Essas ações decerto sinalizam a importância do Banco Tupinambá enquanto experimento de inovação social, sobretudo por atuar em uma localidade de baixa renda e com pouco acesso às ações de políticas públicas.” (SANTOS et al.,

2019, p. 41).

O microcrédito e a moeda social são tecnologias sociais importantes para fomentar o desenvolvimento local, através do aumento do consumo no comércio e serviços no território atingido pelo programa. Entretanto, de acordo com a pesquisa, ainda necessita de avanços em relação ao desenvolvimento a longo prazo, tais como avançar em financiamentos para produção e a rede de empreendedores locais precisa dominar as cadeias produtivas de determinados bens e serviços. No que se refere ao capital social, os laços de solidariedade e confiança entre os empreendedores locais precisam ser fortalecidos. São redes existentes e latentes na comunidade que precisam ser identificadas, principalmente entre adolescentes e jovens, que podem ser incluídos em atividades culturais, cultura digital, mídias sociais e, posteriormente, prestar serviços para os empreendedores locais. Para os autores: “Ademais, é preciso potencializar a rede de capital social existente na Baía do Sol, que pode se fortalecer ainda mais por meio das ações inclusivas do Banco Comunitário Tupinambá.” (SANTOS et al., 2019, p. 43).

Com o objetivo de analisar o papel da comunicação voltada para a mobilização na economia solidária e no desenvolvimento local, especialmente em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, dando ênfase à forma de comunicação em decorrência de capital social e mobilização social, Coelho (2014) pesquisou, entre outras experiências, o Banco Tupinambá, através do projeto Ceci-Mulheres. A autora demonstra em seu trabalho que o capital social referente à conversação cívica, o centro do debate é o conflito de ideias, gerando os debates para chegar ao consenso que leva ao objetivo comum entre pessoas e grupos diferentes.

O referido trabalho de pesquisa ratifica que vários autores trabalham conversação cívica no capital social. Contudo, a autora cita Matos (2009), para ressaltar os resultados e efeitos, quais sejam: “socializantes, formados por redes sociais; integrativos, pois desenvolvem as habilidades de expressão e argumentação dos indivíduos; e ligados à troca e perspectiva de ideias, pois os atores trabalham de forma cooperativa para o bem comum” (COELHO, 2014, p.31) .

O projeto Ceci-Mulheres, objeto de estudo da pesquisa no Banco Tupinambá, de acordo com a referida autora, é uma estratégia criada com o objetivo de empoderar mulheres do programa Bolsa Família, nas seguintes formas: “empréstimo em moeda social (moqueio), oficinas de treinamento, feiras solidárias e noções de empreendedorismo e Economia Solidária”. Parte de uma premiação em dinheiro recebida da empresa Natura e Revista

Claudia foi investida no projeto Ceci. É um projeto que visa a transformação da sociedade.

A pesquisa confirma, através de entrevistas com mulheres do projeto Ceci, que estas acreditam que o Banco tem impacto positivo na comunidade. No entanto, precisa dar ênfase em um melhor conhecimento sobre o tema Economia Solidária; fortalecer a participação na gestão do projeto, para que possam tomar decisões enquanto autogestoras de um empreendimento solidário. O projeto é um divulgador das ações do instituto na comunidade e há a necessidade de melhorar o intercâmbio entre as experiências com a rede de bancos comunitários e Economia Solidária, além de estudos acadêmicos sobre os temas, o que fará com que possamos ter mais acesso aos temas para debate, construção coletiva e fortalecer o capital social.

4 MICROCRÉDITO E A CONSTRUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Desde os seus primórdios, os serviços de microcrédito surgem para mitigar o abismo socioeconômico criado por um sistema que protege a minoria, onde está concentrada a renda, deixando descoberta a maioria da população, que são os segmentos sociais denominados por Marcio Pochmann como intocáveis – aqueles alcançados parcialmente ou invisibilizados pelas políticas públicas.

Diversas pesquisas demonstram a importância do acesso ao crédito para as populações de baixa renda. Os programas de microcrédito surgem a partir de uma necessidade diagnosticada de aumento da pobreza e desmonte de postos de trabalho. A PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021 indica que o percentual de pessoas ocupadas no país, trabalhando por conta própria foi de 28,3%, e no Pará atingiu a taxa de 35,4%. A informalidade atingiu a taxa nacional de 40,6 % e no estado do Pará subiu para 60,5%. Marcelo Neri (2008) reconhece a importância do microcrédito em sua práxis, enquanto ação de política pública, trabalho, emprego e renda. Contemporaneamente, o professor Muhammad Yunus, ao fundar o Grameen Bank, comprova que emprestar dinheiro ao pobre é uma forma de combater a exclusão social. No entanto, essa modalidade de crédito tem diferenciais, se comparada à relação com os bancos tradicionais e seus clientes. É uma relação mais humanizada, que necessita de um conhecimento sobre a cultura local, investimento em capital social e tem metodologia própria. O microcrédito não é uma panaceia para acabar com a pobreza e não deve ser reconhecido como um mero serviço bancário. Contudo, é um projeto político emancipatório e um dos meios que dá condição real para o intocável sair da pobreza.

No Dia Internacional pela Erradicação da pobreza, 17 de outubro, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, traz dados da Organização em 2020, que, devido à pandemia, cerca de 120 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza. Fatores como a falta de vacina em vários países, principalmente africanos, gera uma recuperação desequilibrada e aprofunda as desigualdades. O Secretário Geral da ONU defende que precisa de “um novo impulso à cooperação global para combater a miséria”; e que o mundo não retorne às “desvantagens e desigualdades estruturais endêmicas, que perpetuaram a pobreza mesmo antes da pandemia”.

Autores como Cacciamali, Matos e Macambira (2014) demonstram que o mercado financeiro formal não é acessível aos pobres e às pequenas empresas. Ee isso acontece pela

falta de colateral social ou de garantias reais.

O problema levantado por esse trabalho de pesquisa é saber como microcrédito, enquanto política pública, pode contribuir para formação de capital social?

É de forma assertiva que os autores consultados respondem a esta indagação, dentre os quais destacamos três autores para ilustrar tal afirmativa. Putnam (2006), para o qual as relações sociais são os bens de maior valor que o indivíduo pode dar como garantia de empréstimos. Nery (2008) demonstra que o capital social já construído ou incentivado por instituições de crédito em uma determinada comunidade são valores que ajudam a levar o crédito aos mais pobres dos pobres. Segundo Pochmann (2014), para superar barreiras impostas pelo sistema bancário, o microcrédito busca o colateral social, garantias para empréstimos dentro da comunidade. A instituição leva o crédito para os grupos onde a relação de confiança mútua tem um forte valor social e financeiro, que são os grupos solidários.

Enquanto política pública e ao descrevê-la como uma “intencionalidade da ação de governo” (CHRISPINO, 2016). De acordo com este autor, a partir da implantação de um novo governo o conjunto de políticas públicas vem a reboque do modelo de gestão adotado.

Com base nas pesquisas realizadas, o Fundo Ver-o-Sol tem modelos diferenciados de gestão sobre a política de microcrédito, ao dividirmos por gestores municipais, em três fases completadas.

- Primeira fase: Gestão Edmilson Rodrigues (1997 a 2004): Fase de implantação, política emancipatória, alto índice de geração de emprego (vide Tabela 3), adotou metodologia de microcrédito produtivo orientado, criação de programas e linhas de créditos especiais para fortalecimento de capital social e inclusão social de diversas categorias de trabalhadores e atividades produtivas.
- Segunda fase: Gestão Duciomar Costa (2005 a 2012): O que deveria ser uma fase de desenvolvimento e ampliação da política de microcrédito não aconteceu. Se tomarmos como parâmetro a gestão anterior, foram 9,3 mil operações de crédito; e na gestão Duciomar Costa, no período da mensuração, foram de 2.722 operações de crédito, havendo uma redução de aproximadamente 70% das operações de crédito, extinção de projetos especiais, foco na capacitação e qualificação e não na política de microcrédito, além e incluir programa da política de assistência social no organograma do Fundo Ver-o-Sol.

- Terceira fase: Gestão Zenaldo Coutinho (2013 a 2020): Fase de estagnação e desmonte da política de microcrédito.

Sobre o trabalho com microcrédito, a pesquisa levantou os seguintes dados: 1) O Fundo Ver-o-Sol, na administração Zenaldo Coutinho, os dados de 2019 indicam que foram realizadas somente 23 operações de crédito, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais). Este financiamento foi de 95,45% para o setor de comércio e 4,35% para o setor de serviço, todos do Complexo do Jurunas (feira popular). Em contrapartida, de acordo com os dados levantados junto à SEFA e Banco do Brasil, em 2019 o município recebeu repasses que constituem fontes de recursos do Fundo Ver-o-Sol no valor de R\$ 4.388.875,91 (quatro milhões, trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e noventa e um centavos). Ressaltamos que a equipe atual de gestão não recebeu relatórios sobre as atividades do Fundo e em consequência destes financiamentos.

Segundo o Dicionário Aurélio, simbiose é uma associação entre duas espécies que resulta em vantagens mútuas. Partindo desse pressuposto, os Bancos Comunitários são simbioses que assumem uma forma híbrida de microcrédito para microfinanças. O Banco Palmas surge a partir de necessidades de um bairro que não era atendido pelas políticas públicas voltadas ao crédito, geração de renda, saneamento etc. Com capital social instituído, a comunidade se organiza, busca parcerias e cria um modelo de inclusão através do crédito, capacitação e inclui circulação de moeda social. Em nossa pesquisa de campo observamos que o Banco Comunitário Tupinambá, atualmente não está trabalhando o microcrédito com recursos da instituição. Hoje realiza uma espécie de terceirização através do Amazônia Florescer, linha de microcrédito administrada pelo Banco da Amazônia (BASA), que utiliza a metodologia de grupos solidários, com o acompanhamento em parceria com o Banco Tupinambá. Essa simbiose que garante a metodologia do microcrédito produtivo orientado.

Neri (2008) demonstra que o microcrédito assume diferentes perfis a partir de quem o administra – aqueles com perfis mais à esquerda trabalham para a inclusão dos mais excluídos; e os mais à direita, como um serviço a mais prestado pelos Bancos tradicionais.

A metodologia adotada pelo gestor de programas de microcrédito também é um ponto importante para entender como funcionam tais instituições. O Microcrédito Produtivo Orientado é uma relação construída face a face com o tomador de crédito. O agente de crédito amplia o conhecimento sobre a cultura local onde o programa atua, assim como fortalece a adimplência e os laços de solidariedade na comunidade; a formação de grupos solidários é, na prática, a ação para constituir laços de confiança mútua em uma sociedade que gera capital social (PUTNAN, 2006).

A pesquisa bibliográfica sobre as gestões do Fundo mostra de forma contundente como a política de microcrédito perde consistência nos governos posteriores a 2004. Com o discurso de ter uma equipe “enxuta”, paulatinamente a metodologia do PNMPO é descartada, o crédito passa a ser meramente uma ferramenta do setor bancário tradicional e perde o perfil de inclusão social e combate à pobreza relativa. Entretanto, no Banco Tupinambá, mesmo sem o recurso financeiro para movimentar o microcrédito, buscam-se parcerias, fortalece o capital social dentro da comunidade e não se perde a essência da metodologia; os mais atingidos pela crise econômica são atendidos.

O capital social é um tema que permeia esta proposta de pesquisa à luz de Putnan, qual seja, a ação estabelecida através das redes auxilia no combate à pobreza. Partindo dessa conjectura, a pesquisa de fontes primárias e secundárias apontam para os seguintes dados.

Nos primeiros oito anos de gestão do Fundo Ver-o-Sol, quando a metodologia de acompanhamento, capacitação, incentivo à formação das redes de sociabilidade e confiança foram fortalecidas, houve impacto positivo na redução da pobreza relativa, inclusão social, geração de trabalho e renda, além de fortalecimento e incentivo de capital social. Em pesquisa realizada, Oliveira (2005) traz o relato de uma vendedora de refeições de 62 anos no bairro do Benguí. Ela fez parte de um dos projetos-piloto adotados pelo Fundo. Era uma forma de emancipação, um projeto em parceria com o Banco do Brasil, que funcionava desta forma: o(a) empreendedor(a) que estivesse com seus pagamentos em dia e necessitava de um investimento financeiro acima do que comporta as diretrizes do microcrédito, ou seja, pessoa física até cinco mil reais, os empreendedores financiados pelo Banco do Povo que necessitavam acima deste valor eram encaminhados ao Banco do Brasil.

O Banco do Povo trouxe crédito; foi através do Banco do Povo que fiz um financiamento no Banco do Brasil, antes eu não podia fazer, não tenho bens para dar em garantia. Sempre paguei o Banco do Povo certinho, porque todo o dia eu separo uma quantia pra pagar o banco, hoje tenho até poupança. (OLIVEIRA, 2005, p. 104; pesquisa de campo).

Entretanto, as gestões posteriores não demonstraram interesse em utilizar a metodologia do PNMPO e de formação e fortalecimento de Capital Social na instituição de microcrédito. Tal ação corrobora com a variável independente, para analisar instituições italianas. Segundo Putnan (2006, p. 22): “a mudança institucional influencia a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos”.

Na prestação de contas referente ao exercício de 2019, do prefeito Zenaldo Coutinho, estão designadas como atividades externas do Fundo Restaurante Popular serviços de refeições,

no total de 5.295 e foram 5.950 pessoas qualificadas e certificadas nos cursos de Agente de Portaria, Qualidade no Atendimento, Operador de Caixa, Atendente de Farmácia. Outros cursos menos demandados foram Artesanato com Material Reciclável, Empreendedorismo, Garçon e Garçonete, Informática Básica e Avançada, Limpeza e Higienização Predial, Oratória e Relações Interpessoais.

A Lei Complementar nº 01/97, que versa sobre os objetivos do Fundo Ver-o-Sol, em seu Art. 2º define o que é geração de emprego e renda no município de Belém. O microcrédito, atrelado a micro e pequenos negócios formais ou informais, necessita de capacitação em gestão, contabilidade, legislação, mercado, marketing, entre outros temas necessários à melhoria do negócio. As práticas formativas contribuem para o progresso do negócio e, em consequência, melhorias das condições de trabalho e na qualidade de vida do tomador de crédito e seus familiares e fortalece a relação de confiança entre tomador de crédito e comunidade.

As pesquisas de Coelho (2014) demonstram que o Banco Tupinambá criou, através do instituto, uma série de serviços para a comunidade, tais como correspondente bancário, fomentam a sociabilidade festiva, promovendo festividades para geração de renda na comunidade a partir da captação de recursos, como citamos, mesmo na pandemia do Covid-19 captaram recursos para dois projetos que irão beneficiar 20 famílias, tais recursos chegaram no momento de pandêmico, quando o trabalho do instituto está a espera, mas de prontidão para atender a comunidade da Baía do Sol e criou uma parceria informal com o Amazônia florescer para microcrédito.

De acordo com Nery (2008, p. 48): “Incrementar capital social das comunidades não é tarefa simples. Porém alguns projetos conseguiram fazê-lo de maneiras diversas. Cabe ressaltar aqui o caso em que o aumento do acesso a mercados produziu o aumento de capital social”.

A exclusão social é a soma de várias exclusões (SINGER, 2003). De acordo com Pochmann (2002), o desemprego é o fator-chave para todas as exclusões. A maioria dos desempregados encontra-se nos espaços urbanos. Maricato (1996) defende que existem duas cidades: a real e a ordem legal – que leva a um apartheid social. Os partícipes dos programas de microcrédito estão dentro desta cidade partida; e o aparelho do Estado não deve se omitir em fazer a leitura crítica dos fatos que ocorrem nas periferias, onde o subemprego e o desemprego prosperam e as mazelas sociais explodem pela violência urbana. A prefeitura de Belém cria o Ver-o-Sol, um fundo municipal para geração de trabalho e renda. No entanto,

como demonstrado anteriormente, a cada mudança de gestão pública municipal a aplicação dos recursos financeiros do fundo tomam rumos diferenciados dentro da política de geração de trabalho e renda. Podemos utilizar como exemplo uma política pública é integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) – o restaurante popular,

As instituições são um caminho para alcançar propósitos, e não apenas para alcançar acordos [...]. Os partidos políticos e outros grupos articulam esses interesses, e as autoridades, quando muito, deliberam sobre o que fazer. Então, adota-se uma política (que pode ser apenas simbólica). A menos que essa política seja “nada a fazer”, ela tem que ser implementada — criar novas creches (ou incentivar a iniciativa privada a fazê-lo), pôr mais guardas na ronda, hastear bandeiras com mais frequência. Para ter um bom desempenho, uma instituição democrática tem que ser ao mesmo tempo sensível e eficaz: sensível às demandas de seu eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas (PUTNAN, 2006, p. 22).

Não encontramos em nossa pesquisa nenhuma justificativa da gestão do Prefeito Duciomar Costa para este fato, o que prosseguiu na gestão de seu sucessor, Zenaldo Coutinho. E, em entrevista com a atual gestão do Fundo Ver-o-Sol, observamos que não há proposta para equacionar tal desvio do objetivo da política.

A acumulação de capital é intrínseca ao sistema capitalista. A avaliação de riqueza de uma determinada sociedade deve se dar pela melhor distribuição de renda e capital social. Para isso, o Estado deve ser o elemento mediador das relações. As políticas de legislação, arrecadação e distribuição de impostos devem ser equânimes. O Estado, através de políticas públicas, deve procurar equilibrar tais distorções, pois o custo de uma sociedade em convulsão social é para todos.

Ao realizar uma análise comparativa entre as duas instituições de microcrédito supracitadas, que foi o objetivo desta pesquisa, a luz de Putnan, que analisa o “desempenho institucional” (grifo do autor), e que está intrinsecamente ligado ao engajamento cívico a partir da governança.

Observamos que o Fundo Ver-o-Sol, nos seus primeiros oito anos, conseguiu dar uma forma ao microcrédito enquanto política pública de inclusão social, valorizar e formar capital social nas comunidades em que atuou na grande Belém. Todavia, nos anos posteriores houve o que vamos chamar de uma incorreção no uso da política de microcrédito, visto que gradativamente o foco diminuiu no carro-chefe do Fundo, que é o microcrédito. Não houve continuidade ou fortalecimento de fóruns, como o de empreendedores populares de Belém, pouco ou nenhum incentivo ao engajamento cívico defendido por Putnan e o foco passou para a qualificação profissional. Porém, essa

qualificação profissional não está em consonância com a geração de emprego e renda, pois dos 14 cursos que constam no relatório apresentado à Câmara Municipal, onde tais cursos estão classificados como atendimento externo, somente 35% estão voltados ao empreendedorismo; 65% destes cursos são para qualificar trabalhadores para o mercado formal e não para gerar empregos. De acordo com os dados de 2019, foi financiado somente R\$ 46.000,00. Este valor é equivalente a 1,5% do valor inicial utilizado para financiamento ao microcrédito na cidade de Belém, constatando-se um desmonte completo dessa política.

Em contrapartida, o Banco Tupinambá consegue, mesmo diante de turbulências como a pandemia da Covid-19, manter os princípios de microcrédito enquanto formação de capital social, enfrentando a pobreza relativa, fortalecendo os laços comunitários e ampliando para o conceito de microfinanças, levando para os moradores do bairro Baía do Sol projetos de geração de trabalho e renda em um momento de aumento da pobreza, aumento do desemprego, ou seja, de exclusão social. No entanto, a instituição do terceiro setor, hoje sem parceria formal com órgãos de governo, exceto para através do capital social constituído, apresenta clientes para o Amazônia Florescer e, assim, não deixa estagnada a política de microcrédito na comunidade e cumpre a sua função social, visto que o principal indicador de participação cívica é a existência de associações civis. Em entrevista, o diretor Marivaldo Vale informou que pós-pandemia serão retomados os projetos que ainda estão parados no Instituto Tupinambá. Nesse ínterim, o fortalecimento da rede não foi esquecido, assim como os anteriormente citados com a empresa Natura e Amazônia Florescer.

O efeito comparativo entre as políticas de governo e no terceiro setor demonstrou nos territórios onde o capital social é fortalecido, que a política de geração de renda alcança aqueles que mais precisam acessar o microcrédito, fato que ficou nítido com o trabalho do Banco Tupinambá, que utiliza metodologia de economia solidária e valoriza o capital social na comunidade, neste caso, a hipótese foi confirmada. Quanto ao Fundo Ver-o-Sol, programa de geração de emprego e renda da Prefeitura de Belém, constatamos que inicialmente a política de geração de renda e trabalho através do microcrédito foi exitosa, por utilizar a metodologia de microcrédito produtivo orientado, valorizar e fortalecer o capital social nos territórios onde há o trabalho de microcrédito. Todavia, a governança estabelecida durante as mudanças do gestor municipal a política perdeu o seu norte. No ano 2019, referente à terceira fase de gestão do Fundo Ver-o-Sol, a hipótese foi refutada, posto que a política de microcrédito é incipiente dentro do Fundo Ver-o-Sol, conforme os dados apresentados por esta pesquisa.

Em seu terceiro mandato como prefeito de Belém-PA, Edmilson Rodrigues, através do seu programa de governo, indica algumas diretrizes para trabalhar com o Fundo Ver-o-Sol, que volta a ser chamado de Banco do Povo. No período em que foi realizada a entrevista, a equipe de gestão do programa estava realizando levantamento de dados e rediscutindo a política de emprego e renda para o Fundo Ver-o-Sol.

A partir de pesquisa anterior, realizada no ano de 2005 e da atual, entendemos que a política de microcrédito realizada pelo Fundo Ver-o-Sol tem exemplos exitosos a serem seguidos, os quais estão relatados nesse trabalho. Houve um período de ascensão nos primeiros anos, e que posteriormente caiu no ostracismo. Hoje são novos dados socioeconômicos, nova conjuntura, inflação e desemprego em ascensão; são novas leituras para novas propostas e parcerias a serem realizadas, uma delas com o terceiro setor via bancos comunitários, que desenvolveram tecnologias sociais para trabalhar com o microcrédito, ou seja, verificamos novamente a simbiose dentro da política de microcrédito, que fomenta Capital Social e engajamento cívico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia internacional pela erradicação da pobreza, a ONU pede a inclusão das vozes das pessoas que convivem com a pobreza, essas pessoas estão localizadas nas periferias das grandes cidades, o investimento em capital social pode dar voz aos excluídos. Está no cerne do sistema capitalista manter uma massa de desempregados; e as crises cíclicas do sistema comprovam tal assertiva. O capitalismo historicamente nunca conseguiu receber toda a demanda de mão de obra disponibilizada ao mercado; e a consequência é uma massa de trabalhadores sem perspectivas para a sua sobrevivência; e, na outra ponta, alguns privilegiados com acumulação da renda. Esse desequilíbrio econômico e social leva à exclusão em suas variadas formas.

O crédito ou a falta dele também é uma forma de exclusão – a econômica – que leva a várias outras exclusões. O tema microcrédito sempre será pauta dentro de um sistema desagregador, como o que vivemos há quase três séculos. Em trabalho de pesquisa anterior para conclusão do curso de graduação, o tema escolhido foi Economia Solidária e inclusão social através do microcrédito, cujo lócus de pesquisa foi o Fundo Ver-o-Sol.

Com a clareza de que o microcrédito não é a panaceia para a exclusão social, constatamos que o modelo emancipatório de microcrédito tem demonstrado ser o mais indicado a seguir, dentro da proposta metodológica Microcrédito Orientado, com a figura do agente de crédito, que consegue gerir a sua carteira de clientes, não apenas como números de adiplência ou inadiplência. Mas, em conjunto com a comunidade e outros parceiros, consegue discutir o desenvolvimento local para um determinado território, avançar e criar metodologias para acompanhamento face a face. Dessa forma, a função emancipatória do microcrédito é alcançada. A comunidade organizada pode demandar outros serviços para o programa, tal como a ampliação para microfinanças.

Para este trabalho, o objetivo foi realizar uma pesquisa comparativa entre duas instituições de microcrédito, com o intuito de sistematizar elementos práticos e teóricos que comprovem os impactos positivos da política de microcrédito na redução da pobreza relativa e formação de capital social.

A pergunta que gerou a pesquisa foi formulada com o intuito de saber se o modelo de microcrédito praticado por estas instituições promovem a formação de capital social. A coleta de dados para responder tal indagação foi realizada através de entrevistas, sendo elaborado

um formulário a partir dos indicadores necessários para levantar os dados e confirmar ou refutar as premissas da pesquisa. Contudo, pelo quadro encontrado nas duas instituições, que estavam com suas atividades funcionando parcialmente, optamos por adotar uma entrevista semiestruturada.

As correntes de debate sobre a função social do microcrédito persistem, sobretudo na atual conjuntura socioeconômica vivenciada no Brasil. A pesquisa de campo demonstra que as instituições seguiram caminhos opostos, enquanto o fundo público da Prefeitura de Belém, com o passar dos anos, desmontou a política de microcrédito e reduziu a equipe de trabalho.

As inseguranças no mundo do trabalho, a alta da inflação, a pandemia, o desemprego e a pobreza absoluta e relativa em alta são indicadores sociais para que o Estado inicie ou dê continuidade às políticas de geração de trabalho, emprego e renda, tal como a política de microcrédito, que não deve ser banalizada. Pesquisas comprovam que quando levada com o rigor metodológico, essa política traz excelentes resultados de inclusão para os territórios onde são desenvolvidas e, conseqüentemente, para o município.

Olhando por outro prisma, a mesma política de geração de trabalho e renda executada por uma instituição do terceiro setor, o Banco Comunitário Tupinambá, com a força do capital social constituído na comunidade, ainda que precise de ações de fortalecimento. Através das atividades do instituto de mesmo nome, ampliou os serviços do banco comunitário para microfinanças com um viés de economia solidária e continua com algumas atividades na comunidade e, apesar do período de pandemia, há um fortalecimento das redes sociais. O fortalecimento do capital social nas comunidades onde o microcrédito é implantado melhora a atuação da política para a população de baixa renda. Foi essa premissa que norteou a pesquisa, hipótese também confirmada através da pesquisa. A parceria com outras instituições (redes sociais) para execução de microcrédito ocorre devido ao capital social construído pelo projeto de geração de renda e, mesmo sem capital para realizar o financiamento, o instituto Tupinambá indica clientes para o programa Amazônia Florescer do Banco da Amazônia.

O microcrédito é uma forma real de resistência aos danos sociais causados pelo capitalismo, pois a distribuição da riqueza não é equânime e o crescimento econômico versus acumulação de riqueza nos coloca em um apartheid social, onde políticas emancipatórias como as de microcrédito e microfinanças podem minimizar esse abismo social.

Não é proposta desta pesquisa fazer uma análise detalhada sobre as fontes de financiamento do Fundo Ver-o-Sol. Contudo, observamos a importância do tema para futuros estudos. Enquanto proposta de governança, deve-se realizar uma revisão na Lei que rege o Fundo, a fim de garantir critérios mais rígidos para a geração de trabalho e renda, tais como a obrigatoriedade para utilização de um percentual mínimo dos recursos financeiros do Fundo Ver-o-Sol para linhas de financiamento via microcrédito. Tal medida evitaria que a política de microcrédito permaneça ao capricho do gestor público, tornando mais transparente a gestão do fundo. Outra medida para fortalecer o capital social nas comunidades consiste em estabelecer parcerias com instituições como o banco Tupinambá, Associação de Moradores e congêneres, para tê-las como parceiras formais na aplicabilidade da metodologia de microcrédito.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, D.; QUADROS, W.; GIMENEZ, D. **Afinal, somos um país de classe média?** Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. Carta Social e do Trabalho, n. 20. Campinas: Cesis/Unicamp, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/xrJVbs>>. Acesso em: 12 abr., 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e as centralidades do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. In: GOMES, Álvaro (Org.). **O Trabalho no Século XXI: Considerações para o Futuro do Trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

_____. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARROYO, João C. Tupinambá. (Org.). **Solidariedade e sucesso a experiência do Banco do Povo de Belém**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2002.

ARROYO, João C. Tupinambá; MENDONÇA, Haroldo; MORGADO, David. **Metodologia de Crédito Popular Solidário**. Cartilha Banco do Povo de Belém. Belém: [2003?].

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília, DF: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BANCO TUPINAMBÁ [Site institucional]. Disponível em: <http://bancotupinamba.blogspot.com>>. Acesso em: 28 jan., 2020.

BELÉM. **Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997**. Institui o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, cria o Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico Social e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, 1997. Disponível em: <https://sistemas.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 20 mar., 2021.

BELÉM. **Decreto Lei 32.516, de 30 de abril 1998**. Regulamenta o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda, Ver-o-Sol e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Belém, Belém, p.3, 11 de maio 1998.

BELÉM. **Lei 8.350, de 27 de julho de 2004**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, 2004. Disponível em: <https://sistemas.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 20 mar., 2021.

BELÉM. **Lei Complementar nº 03, de 22 de junho 2005**. Altera dispositivos da Lei Complementar n. 01/97, de 20 de outubro de 1997, que institui o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, cria o Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Social, e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, 2005. Disponível em: <https://sistemas.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 20 mar., 2021.

BELÉM. **Lei Complementar nº 06, de 29 de dezembro de 2005**. Altera dispositivos da Lei Complementar n. 01/97, de 20 de outubro de 1997, que institui o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, cria o Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Socioeconômico e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém [2005]. Disponível em: <https://sistemas.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 20 mar., 2021.

BELÉM. **Lei Ordinária 9.312, de 31 de julho de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 8.350, de 27 de julho de 2004, que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE e dá outras providências.. Belém (1997), Câmara Municipal de Belém [2017]. Disponível em: <https://sistemas.belem.pa.gov.br>. Acesso em 20 mar 2021.

BITTENCOURT, Gilson. **Microcrédito e microfinanças no Governo Lula**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, [2014?]. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/Microcredito_Microfinancas_do_Gov_Lula_01-09-05.pdf. Acesso em: 20 abr., 2013.

BOURDIEU, Pierre. A Escola Burgos Eltan de Economia. Publicado pela primeira vez: BOURDIEU, P. As formas de capital. In: Richardson, J. (Ed.). **Manual de Teoria e Investigação em Sociologia da Educação**. New York: Greenwood, 1986.p. 241-258. Disponível em: [homme.iitk.ac.in](http://www.homme.iitk.ac.in). Acesso em: 10 fev. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Capital Social** - notas provisórias. Atos de Pesquisa em Ciências Sociais, v. 3:2-3, 1980. Tradução de Denice Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani. Revisão técnica: Maria Alice Nogueira. Disponível em: <https://www.yumpu.com>. Acesso em: 7 de set 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Microcrédito: Estudo Especial 79/2020**. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 10 dez., 2020.

BRASIL. Banco do Brasil. **Transferências Constitucionais**. Setor Público Federal. Disponível em: www.bb.com.br. Acesso em: 10 set., 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**. Disponível em: www.gov.br/trabalho. Acesso em: 15 set., 2019.

BRASIL, Walena. **Mulheres, desenvolvimento local e sucesso**. As feirantes em Belém (PA) e as políticas públicas de geração de renda. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 20. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

CACCIAMALI, Maria Cristina; MATOS, Franco; MACAMBIRA, Júnior. Setor de Microfinanças e a Política de Microcrédito no Brasil. In: MATOS, Franco; MACAMBIRA, Junior; CACCIAMALI, Maria Cristina (Orgs.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visão sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT/USP, 2014. 201p. Disponível em: <https://repositorio.usp.br>. Acesso em: 16 abr., 2021

CANO, Wilson. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 2(60), p. 265-302, ago. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/ywkm7p>. Acesso em: 14 abr., 2019.

CARNEIRO, Ercila Ribeiro. **Microcrédito como ferramenta de combate à pobreza e incentivo à inclusão social: o caso do Fundo Ver-o-Sol de Belém do Pará**.2010. 90f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2010.

CHRISPINO, Álvaro. **Introdução aos estudos de Políticas Públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

COELHO, Celina Leila Chagas e Oliveira. **Bancos comunitários de desenvolvimento: o papel da comunicação na economia solidária**. 2014. 137f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br>>. Acesso em: 29 fev., 2020.

COSTA, Fernando Nogueira Costa. Microcrédito no Brasil. In: MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Junior; CACCIAMALI, Maria Cristina (Orgs.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visão sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT/USP, 2014. 201p. Disponível em: <https://repositorio.usp.br>. Acesso em: 16 abr., 2021.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho**. [s.n.t.], 2001. Disponível em: <http://www.dowbor.org>. Acesso em: 10 jun., 2009.

_____. **A Era do Capital Improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras; Autonomia Literária, 2017.

FAOR- Fórum da Amazônia Oriental. **Observatório da Cidadania – Pará: 2 – políticas Públicas e controle Social**. Belém: FAOR, 2003.

FIORI, José Luis. Prefácio. In: **O poder global**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Por que os BCDs são uma forma de organização original?** Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas. São Paulo: A9 editora, 2013.

FREITAS, Leandro Kleneyder Gomes de. **Programa de Microcrédito do Fundo Ver o Sol de Belém do Pará: Crédito Convencional ou Solidário?** 2004. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

FURTADO, Celso. **Prefácio a Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

IBGE-CIDADES. **Belém (PA) – população**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 abr., 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em quatro das 27 UFs no 2º trimestre de 2021**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 out., 2021.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **O que é um Banco Comunitário**. Disponível em: www.institutobancopalmas.org. Acesso em: 20 abr., 2021.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Junior; CACCIAMALI, Maria Cristina. (Orgs.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visão sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT/USP, 2014. 201p.

MONZONI NETO, Mário Prestes. **Impacto em renda do microcrédito**. Uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Confia). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 194 p. Disponível em: www.bibliotecadigitalfgv.br. Acesso em: 1º dez., 2021.

MOTTA, Vânia Cardoso da. O Banco Mundial a pobreza e a ideologia do capital social. **Ser Social**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UnB, Brasília, v. 18, p. 303-336. jan./jun. 2008.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de Capital Social e a importância da formação de Redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**, Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf>. Acesso em: 1º dez., 2021.

NASCIMENTO, Shesby Andre Medeiros do; MOURA, Joana Tereza Vaz de. **Como as finanças solidárias, por meio dos bancos comunitários de desenvolvimento, podem ajudar no combate ao covid-19 em regiões metropolitanas?** Natal: UFRN, 2020. Disponível em: <https://cchia.ufrn.br>. Acesso em: 20 abr., 2021.

NERI, Marcelo (Org.). **Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, Léa Maria de C. **O Banco do Povo de Belém: o Microcrédito por uma Economia Solidária**. 2005. 120f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade da Amazônia, Belém, 2005.

PARÁ. Secretaria da Fazenda. **Receitas e despesas do tesouro estadual**. Belém: SEFA, 2019. Disponível em: www.sefa.pa.gov.br/index.php/receitas-despesas/tesouro-estadual/icms/14706-1- semestre-2019. Acesso em: 10 set., 2021.

PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Ser Social**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UnB, Brasília, v. 18, p. 229-252. jan./jun.2006.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PIRES, Luiza Nassif; CARDOSO, Luísa; OLIVEIRA, Ana Luisa Matos. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do auxílio emergencial na pobreza e na pobreza extrema**. Nota Política de Economia. São Paulo: MADE/USP, 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf>. Acesso em: 7 set., 2021.

POCHAMANN, Marcio. **Trabalho sobre fogo cruzado**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **A vez dos intocáveis no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

_____. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. Cap. 1-2. Disponível em: <https://goo.gl/mH8an5>. Acesso em: 13 abr., 2019.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luis Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão. **O capital social dos pobres garante seu acesso ao crédito?** Um estudo comparado de experiências de microcrédito no Brasil e no Chile. 2010. 239f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; CORRÊA, Helena Ariane Borges. Assimetria de Informação e Microcrédito: reflexões sobre o uso do capital social para redução da pobreza. In: MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Junior; CACCIAMALI, Maria Cristina. (Orgs.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visão sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT/USP, 2014. p. 177-201.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidade no espaço urbano**. Belém: NAEA, 2008.

SANTOS, Valcir Bispo et al. **O impacto das ações do Banco Tupinambá sobre o desenvolvimento local na Baía do Sol**. Relatório de Pesquisa. Belém: Universidade Federal do Pará/ICSA, 2019.

SILVA, Roberto Vilela de Moura; GOIS, Lúcia Spinola. **As diferentes metodologias de microcrédito no mundo e no Brasil**, 2003. Disponível em: www.abscm.com.br. Acesso em: 9 abr, 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 6 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

STEIN, Rosa Helena. Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais. **SER Social**, n. 18, p. 79-126, 2018. DOI: 10.26512/ser-social.v0i18.12990. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12990. Acesso em: 15 maio 2010.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2006.

ANEXO

ANEXO A – FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

O presente formulário é parte integrante da pesquisa para levantamento de dados sobre instituições de microcrédito, as informações solicitadas são de extrema importância para conclusão da dissertação de mestrado com o título: **Microcrédito, instrumento de formação de capital social: estudo de caso do fundo Ver-o-Sol e instituto banco tupinambá em Belém-PA.**

FORMULÁRIO DE PESQUISA

DADOS DA INSTITUIÇÃO			
1. Razão Social: _____			
2. Data de Fundação: ____/____/____			
3. Endereço: _____			
4. Bairro	5. Cidade	6. Estado	7. CEP
8. E-mail atualizado: _____			
MICROCRÉDITO			
9. A instituição trabalha com que tipo de financiamento? () Capital de giro () Investimento fixo () Outros			
10. Qual a taxa de juros praticada pelo projeto de microcrédito e prazo para pagamento? () Capital de giro (taxa de juros) _____ Prazo para pagamento: _____ () Investimento fixo (taxa de juros) _____ Prazo para pagamento: () Outros (taxa de juros) _____ Prazo para pagamento: _____			
11. O projeto possui alguma linha de crédito especial? () Sim - Se a resposta for <u>SIM</u> para qual(is) segmento(s) ____ () Não			
12. Qual o valor médio de empréstimos realizado pelo projeto? R\$ _____			
13. O projeto possui alguma linha de crédito especial? () Sim - Se a resposta for <u>SIM</u> para qual(is) segmento(s) _____ () Não			
14. Qual o valor médio de empréstimos realizado pelo projeto? R\$ _____			
15. O projeto trabalha com grupos solidários? () Sim () Não			
16. Se a resposta for <u>SIM</u> , quantos grupos têm ativos hoje? _____			
17. Como são classificados os grupos solidários: () familiares () bairro () segmento econômico () outros			
18. Existe algum levantamento para saber se os financiados participam de outros grupos associativos? () Sim () Não			
19. Geograficamente falando, qual a área de atuação do projeto de microcrédito? () área urbana _____ () área rural _____			
20. A instituição exerce o microcrédito nos critérios da Lei 13.636/2018 do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado-PNMPO? () Sim () Não			
21. Se a resposta for <u>NÃO</u> , qual metodologia a instituição pratica para trabalhar o microcrédito? _____			

22. A instituição promove cursos de qualificação para seus financiados? () Sim () Não
23. Se a resposta for <u>SIM</u> , quantos e quais cursos têm hoje? _____
24. A instituição possui um mapeamento de entidades do terceiro setor na área geográfica em que atua. () Sim () Não
25. A instituição tem levantamento sobre o grau de escolaridade de seus financiados se sim qual a média de escolaridade? () Sim () Não
CAPITAL SOCIAL
26. A partir do investimento através do microcrédito houve formação ou organização de entidades associativas no (s) território (s) com os quais o projeto trabalha? () Sim () Não
27. Se a resposta for <u>SIM</u> , quantas e quais entidades?
28. Existe algum processo de socialização – promovido pelo projeto de microcrédito – entre grupos solidários ou empreendedores individuais financiados? () Sim () Não
29. Se a resposta for <u>SIM</u> , quais são? _____
30. O projeto tem m estudo de impacto sobre a melhoria da qualidade de vida de seus financiados a partir do trabalho com o microcrédito? () Sim () Não
31. Se a resposta for <u>SIM</u> , quais são os resultados? _____
Assinatura: data: / /